



Comercialização

Nossa carne vai direto ao mercado

Página 4

Campanha de luta por terra

Entidades ligadas aos trabalhadores propõem uma discussão mais ampla sobre questões de terra e a necessidade de Reforma Agrária

Última página



Representantes

Números para poder discutir

Página 6

Defensivos

A lei exige vendas só com receita

Página 8

A democratização nas cooperativas

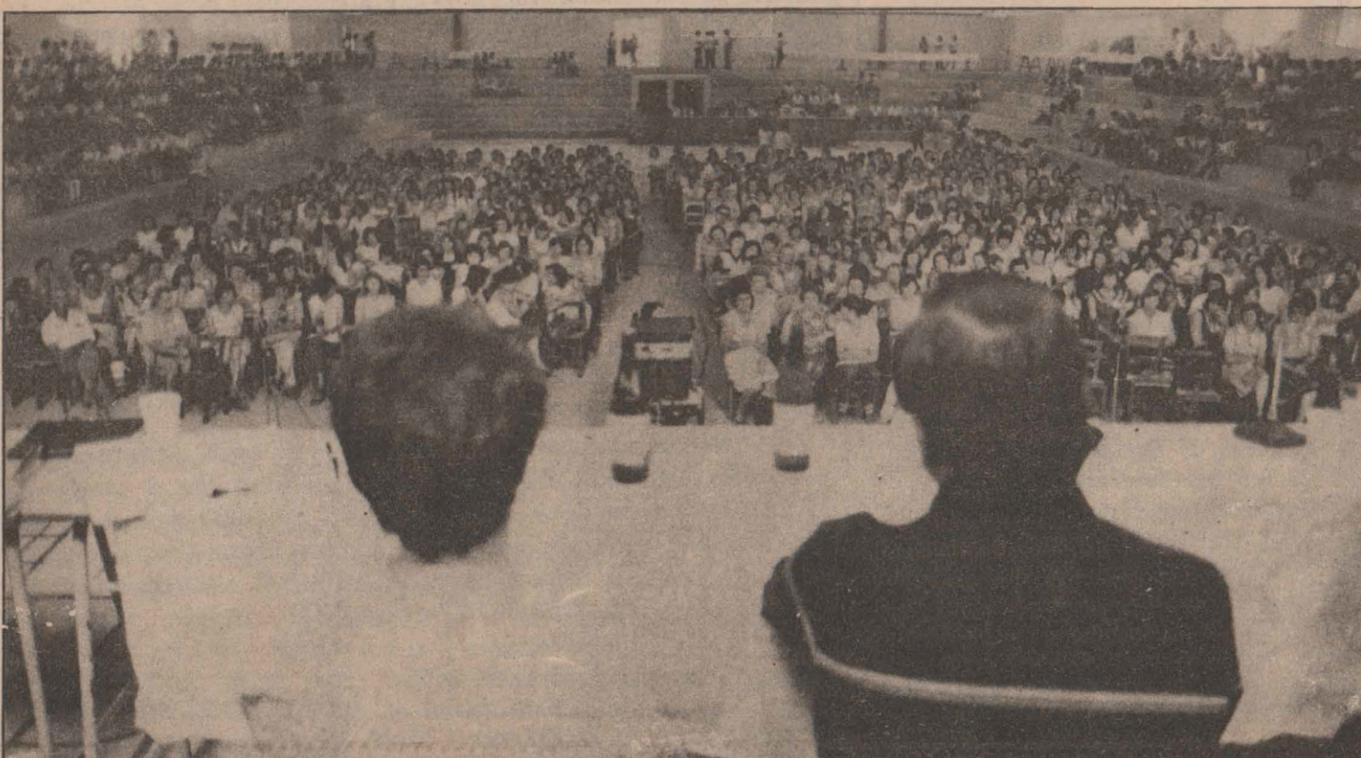
Pesquisadores da América Latina discutem o papel do cooperativismo na destruição de estruturas autoritárias

Página 3



Mulher rural

É JUSTO FICAR SEMPRE ATRÁS?



A condição da mulher na sociedade foi questionada durante Encontro de Integração dos Núcleos da Cotrijuí, onde mais de 1.000 participantes debateram as causas desta situação que deixa a mulher em inferioridade.

Página 10

COOPERATIVA REGIONAL
TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Rovero Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinholdo Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Rui Adelino Raguzzoni, Mário Hendges, Leonides Dallabrida.

Conselho Fiscal (Suplentes)

Carlos Alberto Fontana, Paulino Ângelo Rosa, Aquilino Bavaresco.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradinha	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Christina Brentano

Registro Profissional: 4.018

Dária C. Lemos de Brum Lucchese

Registro Profissional: 4.272

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

A mulher numa luta mais ampla

A própria mulher precisa tomar consciência de que é uma trabalhadora explorada e que sua condição de inferioridade só será superada durante uma luta mais ampla pela mudança da sociedade. Esta idéia sintetiza as colocações que mais de 1.000 mulheres, entre esposas e filhas de associados, ouviram durante o III Encontro de Integração dos Núcleos Cooperativos da Cotrijuí, realizado no dia 30 de novembro, em Santo Augusto.

O número de participantes superou inclusive as estimativas das próprias organizadoras do encontro, que se transformou na maior reunião de mulheres rurais que se tem notícia no interior do Rio Grande do Sul. Além de debaterem a condição da mulher, e descobrirem que a história já foi diferente, elas condenam especialmente a discriminação que sofrem em relação aos seus direitos na Previdência.

Mesmo que se tenha conseguido reunir um grande grupo neste tipo de discussão, a luta da mulher, e dos trabalhadores em geral, vai depender de muita organização própria e independente para que se consiga efetivamente uma mudança que atenda os interesses do povo. As mil mulheres já são um avanço, mas ainda é pouca gente para definir o tipo de luta que precisa ser levada para a frente.

Trabalho é o que não faltará aos representantes da Cotrijuí que foram eleitos na votação realizada em outubro. Eles ficaram responsáveis pelo encaminhamento de toda discussão sobre a futura estrutura da cooperativa, sobre a conveniência ou não do desmembramento em três cooperativas singulares (uma em cada região de atuação da Cotrijuí neste momento), sobre as vantagens



ou desvantagens de criação de uma Central.

Para sair a campo, entretanto, eles sentiram a necessidade de ter em mãos uma série de dados e informações sobre a situação atual da cooperativa. Em cima destes números, que deverão também mostrar as causas das dificuldades financeiras enfrentadas no momento, será possível tomar uma decisão mais concreta e que represente o melhor futuro para a cooperativa e seus associados. A intenção é decidir para não se arrepender depois, não cometendo erros de avaliação.

Além deste trabalho, os representantes também terão como tarefa, mais para a frente, a discussão sobre a própria Estrutura do Poder. Para o ano que vem está marcado um plebiscito que decidirá se o sistema de representantes está sendo adequado e atendendo os interesses do quadro social. Da atuação dos representantes, e da própria decisão sobre o destino da cooperativa, estará dependendo também o futuro da estrutura do poder montada na Cotrijuí.

Do leitor

ESCOLA I

Sabedora da qualidade das matérias veiculadas no Cotrijornal, vindo de encontro à realidade dos alunos do interior, solicitamos, se possível, o recebimento mensal de alguns exemplares desse jornal para que a discussão na escola em torno de assuntos ligados à vivência dos alunos, seja enriquecida.

Olinda Kronberg

Escola Estadual Madre Stanislá
Alto da União - Ijuí - RS

ESCOLA II

A diretora de Educação Municipal de Matelândia vem através da presente solicitar de V. Sa. três exemplares do Cotrijornal.

Ficariamos muito gratos se atendessem o nosso pedido.

Flávia Clarici Madche

Diretora Municipal de Educação
Matelândia - PR

AVISOS DO IBDF

O Delegado Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, comunica que o transporte de lenha e/ou carvão vegetal deverá estar devidamente acompanhado de Guia Florestal, a fim de evitar multa e apreensão do produto.

Os transportadores e comerciantes

deverão procurar se regularizar junto ao IBDF, na rua Andrade Neves, 90 - 1º andar, em Porto Alegre/RS, até o dia 09.12.83, ou nas dependências localizadas no interior do Estado ou junto aos Sindicatos Rurais ou Prefeituras Municipais que mantenham convênio com o IBDF.

Outrossim, informa que todos os produtos de florestas exóticas (eucaliptus, pinus, acacia), oriundos de pequenas propriedades, de conformidade com o art. 12 da Lei 4.771, de 15.09.1965, estão dispensados da Licença de Corte, mas só poderão ser transportados e/ou comercializados por pessoas registradas no IBDF, devendo o transportador ou comerciante ter em seu poder Guia Florestal, que poderá ser conseguida nas Unidades da Repartição ou também junto aos Sindicatos Rurais ou Empresas que mantenham convênio com o IBDF.

O fornecimento de Certidões Negativas de Multas Florestais de que trata o art. 37, da Lei 4.771, de 15.09.1965, poderão ser requeridas junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, nos Tabelionatos, Sindicatos Rurais e Prefeituras Municipais que mantem convênio com o IBDF, e, onde não existam unidades da Repartição.

Os representantes legais dos órgãos acima citados, a fim de agilizar e facilitar a consecução desses documentos e, que ainda não celebraram convênio com o IBDF, deverão entrar em contato com a Delegacia Estadual do IBDF, até 09.12.83 em Porto Alegre, ou nas unidades situadas no interior do Estado, onde receberão as orientações que se fizerem necessárias.

Engº Agrº João Pedro Simch Brochado
Delegado Estadual
Porto Alegre - RS

NR: A assinatura do Cotrijornal só é cedida gratuitamente a escolas, sindicatos e órgãos públicos. Leitores não associados da Cotrijuí devem pagar o valor de Cr\$ 3.500,00 pela assinatura anual, encaminhando um cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - Cotrijuí. O endereço é rua das Chácaras, 1513 - CEP 98700 - Ijuí - RS.



Uma democratização local

"Não se pode esperar que as cooperativas assumam papéis importantes e decisivos na democratização de uma sociedade. Os efeitos gerados pelas cooperativas, no que diz respeito à democratização, são muito mais de âmbito local e regional". Esta foi talvez a mais importante conclusão a que chegaram os participantes do Seminário sobre o papel do sistema cooperativista na democratização da Sociedade do Terceiro Mundo. O Seminário teve a duração de uma semana, de sete a 11 de novembro, no Hotel Fonte Ijuí e teve a participação de representantes do Brasil, Bolívia e Paraguai. Coordenado pela Fundação Friedrich Naumann, da Alemanha, o trabalho também foi realizado com cooperativas de mais três países da América Central (Nicarágua, México e Honduras).

No Brasil o trabalho com as três cooperativas indicadas pela Fundação, (a Cotrijuí, a Cotrijuç, de Júlio de Castilhos e a Copatrigo, de São Luiz Gonzaga), ficou sob a responsabilidade do professor Walter Frantz, da Fidene, entidade escolhida como coordenadora do trabalho no Brasil, por sua experiência na área de cooperativismo.

Todo o trabalho apresentado pelo Walter levou em consideração dados colhidos em entrevistas com associados das três cooperativas, com dirigentes, líderes sindicais, comunicadores, técnicos, representantes, pessoal do Incra e da Fidene, entre outros, além de publicações produzidas por estas cooperativas, documentos, pronunciamentos de dirigentes e associados. À nível de Cotrijuí, Walter aproveitou informações recolhidas em reuniões com representantes, em reuniões de núcleos e dados de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Comunicação e Educação, envolvendo mais de 800 associados.

AS PECULIARIDADES

Cada trabalho apresentado durante o Seminário teve características bastante peculiares. Os representantes do Paraguai e da Bolívia se preocuparam em revelar dados que fossem representativos à nível nacional, enquanto que o Walter procurou dar um enfoque mais regional. "Não me preocupe em fazer um trabalho que revelasse algo de representativo do cooperativismo brasileiro", diz o Walter, que conduziu todo o seu trabalho em cima do cooperativismo agrícola gaúcho.

O trabalho, segundo o Walter, serviu para confirmar tudo o que já se sabia à respeito do cooperativismo gaúcho, mostrando inclusive os dois momentos vivenciados pelo sistema. O primeiro momento foi marcado pela concentração do Poder e pela ausência do quadro social do processo decisório das Cooperativas. "Foi um momento de autoritarismo, do associado sendo levado por discursos cheios de ideais, mas que na prática não tinham nada a ver com os princípios do cooperativismo. Marginalizados de todo o processo, o associado serviam apenas para entregar a produção".

DESCENTRALIZAÇÃO

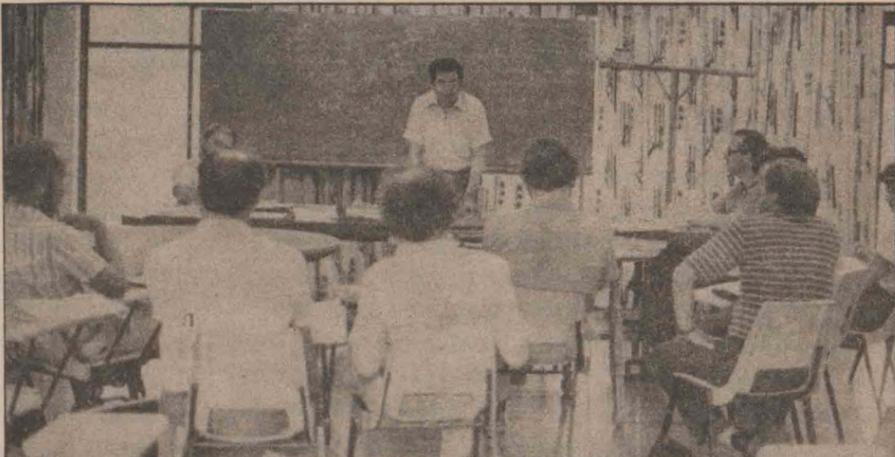
Num segundo momento da vi-

da do sistema cooperativista, se busca a descentralização do Poder através de práticas mais democráticas. "As cooperativas começam a abrir espaços para o debate e para uma avaliação de suas práticas, firmadas na organização de suas bases". Este debate, de acordo com o Walter, poderá levar a uma inversão do Poder, não apenas à nível de cooperativas, como também à nível de estruturas representativas do sistema cooperativista do Estado.

Um aspecto interessante revelado através das entrevistas com todos os associados diz respeito a questão da democratização. "Ficou bastante claro que democratização é uma coisa que precisa ser muito bem entendida para não ser confundida com participação. Participação não quer dizer democratização". E aí vem o perigo, segundo o Walter, de toda a estrutura do autoritarismo que caracterizou o primeiro momento passar para o segundo momento, de forma disfarçada, independente da vontade das pessoas. "Esta democratização que tanto se fala", diz ele, "precisa passar pela construção de uma estrutura que efetivamente dê acesso às informações sobre a empresa cooperativa. Ficou bem claro que a base democrática das cooperativas não pode estar fixada apenas na pura e simples organização do quadro social, com a intenção de permitir uma presença maior do associado na cooperativa". Segundo o Walter para que a gestão democrática não termine apenas em "exercício de democracia", os associados precisam avançar mais, tendo inclusive acesso não só as decisões, mas também aos controles. "Isto não quer dizer que o associado deva tomar todas as decisões do dia-a-dia da cooperativa, mas delegar poderes. E para delegar poderes, ele precisa ter acesso às informações".

O GRANDE DESAFIO

A forma da informação chegar até o quadro social, segundo o professor, é o grande desafio do momento para as cooperativas e seus departamentos de Comunicação e Educação. O momento atual desafia as cooperativas a se tornarem transparentes a seus associados. "Esta transparência", ressalta, "só vai existir através da informação, que precisa ser repassada ao quadro



Pesquisadores discutiram o papel das cooperativas na democratização da sociedade

social de forma simples, decodificada, mas verdadeira na sua essência".

Outro aspecto interessante apontado no trabalho do Walter está relacionado com os mecanismos de participação dos associados na cooperativa. "Não é a simples implantação de mecanismos alternativos de participação (como reuniões em grupos), que vai realmente garantir a participação do associado na sua cooperativa. Por outro lado, o trabalho mostrou a total falência dos mecanismos tradicionais de participação, como as Assembleias Gerais, por exemplo. Mas o surgimento de mecanismos alternativos, como reuniões em pequenos grupos, comitês, pode contribuir para o ressurgimento destes mecanismos tradicionais.

MAIOR DEPENDÊNCIA

O trabalho também mostrou os motivos que levaram a maioria dos entrevistados a se associarem em suas cooperativas. Cerca de 95 por cento deles se associaram em cooperativas porque esperavam vantagens econômicas e financeiras. Outros 68 por cento, porque acreditavam que sem a cooperativa não poderiam exercer a atividade agrícola. "Estes associados se sentiram fracos para trabalhar sozinhos", concluiu o Walter.

Com relação aos entrevistados, associados da Cotrijuí, 83,33 por cento se associaram também porque não se achavam em condições de exercer a atividade. "Isto vem comprovar", lembra o Walter, "numa comparação bastante simples com as demais cooperativas, que os associados da Cotrijuí se sentem mais dependentes economicamente de sua cooperativa. Estes dados coincidem com a percentagem de associados com menos de 50 hectares de terra. O que dá para concluir é que quanto maior a dependência econômica do associado, maior é a expectativa com relação ao desempenho da sua cooperativa. Sendo assim, em caso de frustração destas expectativas, o descontentamento poderá ser maior nos associados da Cotrijuí do que nos associados das demais cooperativas".

Conclusões revelam a situação

As conclusões finais a que chegaram os pesquisadores presentes ao Seminário deverão servir de suporte para a atuação da Fundação Friedrich Naumann na América Latina, adequando seu trabalho à realidade de cada região. Mas, além disso, elas revelam qual o papel que as próprias instituições cooperativas podem desempenhar. As principais conclusões são:

— O cooperativismo pode contribuir para a destruição de estruturas autoritárias apenas à nível local. Os efeitos gerados para além dos limites do cooperativismo, no que diz respeito a democratização, são muito mais de âmbito regional e local.

— A participação é influenciada mais pelo tipo de liderança do que pela ideologia cooperativista.

— O cooperativismo pode apostar, para destruir estruturas autoritárias, em projetos de comunicação e educação, mobilização de pequenos grupos (núcleos) e tomada de decisões na comunidade, através de contatos com sindicatos e igrejas. O cooperativismo deve ser encarado como germe para futuros tempos democráticos.

— Nas épocas de crise da cooperativa surgem idéias para uma maior participação das bases — cooperativas em crise são mais participativas.

— O fracasso das formas tradicionais de participação resulta em projetos para buscar formas alternativas de participação.

— O fluxo de informações na cooperativa é um dos fatores decisivos para incentivar a participação.

— A existência de grupos heterogêneos na cooperativa leva ao surgimento de problemas (tensões) entre os sócios.

— As cooperativas pequenas têm mais participação do que as grandes.

— A democratização das cooperativas não acontece através de programas e projetos, mas sim através da experiência vivida no decorrer dos anos. A democracia se conquista.

— Na América Latina dificilmente se pode aplicar modelos europeus de cooperação. É preciso levar em conta os padrões históricos e culturais da América Latina.

A conquista do mercado através da venda direta

Em todas as madrugadas de segundas, quartas e sextas-feiras, caminhões frigoríficos da Cotrijuí estacionam junto a pequenos açougues e grandes supermercados de Porto Alegre e municípios vizinhos. É uma rotina que se repete há três anos, quando a Cotrijuí começou a distribuir diretamente na capital e arredores a carne dos animais abatidos no frigorífico de Dom Pedrito. No início, isto podia parecer um enorme desafio, pois afinal a Grande Porto Alegre é o maior mercado consumidor de todo Estado, e que só conseguia ser atingido através da intermediação de outros distribuidores.



O produto é comercializado diretamente em açougues e supermercados



A estrutura montada em Porto Alegre é um complemento das atividades em Dom Pedrito

A decisão de comercializar diretamente a carne neste mercado foi uma atitude muito pensada, como conta Luiz Fernando Moreira, que é o coordenador da comercialização dos produtos da Cotrijuí no mercado interno brasileiro. É ele quem se responsabiliza pelas vendas tanto da carne, como do arroz que serão consumidos dentro do próprio Brasil, dando ainda apoio na comercialização do óleo de soja. Ele conta que a distribuição direta foi uma necessidade provocada por uma soma de fatores.

INFLUENCIAR NO PREÇO

O primeiro ponto levado em conta foi a possibilidade dos produtores de Dom Pedrito influenciarem diretamente na formação do preço da carne em Porto Alegre. Luiz Fernando lembra que este preço é definido pelas empresas que distribuem a carne, e que se reúnem na Associação dos Distribuidores de Carnes do Rio Grande do Sul. Eles são basicamente pequenos marchantes e atacadistas. Agora a cooperativa também faz parte desta Associação e, conseqüentemente, está dando sua opinião e influenciando no preço da carne.

Outro fator importante é a aproximação do produtor com a fonte consumidora, eliminando a intermediação. Isto, inclusive, foi um dos aspectos que, em princípio, poderiam ter impedido

a atuação da cooperativa neste mercado. Tanto que nos primeiros tempos se enfrentou até mesmo o boicote dos atacadistas, pois afinal a atuação direta da cooperativa era uma concorrência para eles. Conta o Luiz Fernando:

— Estes atacadistas eram também nossos compradores de carne em Dom Pedrito. Eles buscavam as carcaças, picavam para vender em Porto Alegre, e se sentiram ameaçados com o nosso trabalho. Isto até foi um problema engraçado, mas que conseguimos superar em menos de 30 dias. Fomos forçando as vendas, colocando a carne no varejo (açougues e supermercados), com a qualidade do produto conquistamos o mercado, e até fomos convidados a participar da Associação dos Distribuidores.

DIMINUIR OS RISCOS

A atuação direta junto aos compradores também serviu para diminuir os riscos na comercialização, diversificando o número de clientes. Quando a carne era entregue apenas aos distribuidores, aos atacadistas, o número de compradores era bem mais reduzido do que atualmente. A perda de um comprador poderia significar um prejuízo muito grande. O Luiz Fernando é quem conta:

— Agora nós abrimos um leque de clientes, evitando o risco financeiro e comercial, pois as vendas são mais pulverizadas. Não podemos colocar todos os ovos numa mesma cesta. Desde que começamos com este trabalho, evitamos o prejuízo que teríamos com quatro concordatas e 10 falências que atingiram alguns de nossos ex-distribuidores, isto em função da queda no consumo da carne.

Este, por sinal, também foi um dos pontos pesados na hora de decidir pela distribuição direta da carne no mercado consumidor. Com o agravamento da crise econômica, a população começou a diminuir o consumo de tudo quanto é produto. A carne, sempre considera-

da comida de fim-de-semana na mesa da população mais pobre, sofreu uma redução ainda maior. Só no período de janeiro a setembro deste ano, as vendas do produto com inspeção federal sofreram uma diminuição de 9.755.183 toneladas na Grande Porto Alegre em comparação com o mesmo período de 1982, segundo dados oficiais do Instituto Sul-riograndense de Carnes.

UM TERÇO DA PRODUÇÃO

Atuando de uma forma mais próxima do consumidor, a cooperativa teria condições de conhecer melhor este mercado, buscar novos pontos de venda e tentar superar eventuais dificuldades de colocação do produto. Durante todo este período — desde setembro de 1980, quando foi iniciado o trabalho — tem se cumprido com facilidade a meta estabelecida: colocar na Grande Porto Alegre um terço de carne dos animais abatidos em Dom Pedrito. Diz o Luiz Fernando:

— Estamos vendendo exatamente aquilo que nos programamos para vender. Nossa meta é distribuir entre 200 e 250 toneladas por mês nos açougues e supermercados da Grande Porto Alegre, e esta tem sido a nossa média de distribuição.

O restante da carne é colocada em outras regiões do país. Parte dela, aproximadamente mais um terço da produção, é vendida diretamente a grandes redes de supermercados e grandes atacadistas do Rio e São Paulo. Mas já aconteceu da Cotrijuí vender carne até em Salvador, na Bahia, e em Cuiabá, no Mato Grosso. Há também a distribuição de carnes desossadas para o Exército, Marinha, navios, além do fornecimento direto a restaurantes do Rio, São Paulo e Porto Alegre, que consomem mais um terço da produção do frigorífico, onde se prevê o abate de 28.000 reses até o final do ano.

Eventualmente também são abastecidos os super-



O frigorífico destina um terço da produção para o mercado da capital

mercados da própria Cotrijuí na Região Pioneira, "mas apenas quando há falta de bois para abate na própria região", lembra o Luiz Fernando. Ele explica que até algum tempo atrás o frigorífico de Dom Pedrito era responsável por este abastecimento, mas isto elevava muito o custo do produto, em função da distância entre o frigorífico e os consumidores. Agora, com os abates realizados na própria região, se tenta evitar ao máximo este "passeio da carne".

ESTRUTURA COMPLEMENTAR

Luiz Fernando recorda que existiam duas maneiras de iniciar a distribuição da carne na Grande Porto Alegre: ou se criava toda infraestrutura, ou se comprava a estrutura de distribuidores. A primeira opção se mostrou mais barata e mais viável de ser concretizada. Inicialmente foi aproveitada uma sala na Cooban (Cooperativa dos Bancários), que estava sendo administrada na época pela Cotrijuí, mas logo este espaço se mostrou insuficiente. Quando o mercado aumentou foi alugado um depósito na avenida Sertório, que fica na entrada de Porto Alegre, e que serve basicamente como ponto de passagem do produto. Conta o coordenador de comercialização:

— O grande segredo é que não estocamos a carne aqui. Fizemos o pedido a Dom Pedrito das quantias necessárias, transportadas em nossos próprios caminhões frigoríficos, que também trabalham na distribuição.

No final das contas, a estrutura de distribuição é um complemento daquilo que já existe no frigorífico. Além de Luiz Fernando, em Porto Alegre só trabalham alguns funcionários. São duas pessoas para a área administrativa, que fazem o controle do físico do produto, as cobranças e a administração do pessoal, e mais



Luiz Fernando: o bom resultado também se deve à qualidade

dois vendedores e quatro paleteadores. Todo controle contábil, por exemplo, continua sendo realizado em Dom Pedrito.

O RESULTADO DA QUALIDADE

O caminhão chega de madrugada, e lá se vão os vendedores e os paleteadores fazer as entregas programadas. Na época de verão o trabalho aumenta. Além da distribuição normal em Porto Alegre, nas segundas, quartas e sextas-feiras, ainda é preciso abastecer os mercados do litoral, o que acontece todas as terças-feiras e sábados.

Os bons resultados do trabalho, segundo o Luiz Fernando, podem em boa parte ser creditados à qualidade da carne que é comercializada:

— Não é novidade nenhuma que a melhor carne gaúcha é aquela produzida nos campos da Fronteira e, em função disto, não tivemos maiores problemas para conquistar o mercado.

Hoje, por sinal, até se pensa em expandir os serviços de distribuição dos produtos da região de Dom Pedrito diretamente no mercado da capital. Com a estrutura montada para a carne, a cooperativa tem condições de realizar paralelamente a distribuição de arroz, e isto sem agregar novos custos. Esta possibilidade está sendo estudada no momento, e existe a previsão de iniciar este trabalho já na próxima safra.

A continuidade dos cursos de tecnólogos

Em função da própria polêmica sobre a continuidade ou não dos cursos de tecnólogos em cooperativismo e administração rural, foi realizado na Fidene um encontro de avaliação e integração dos profissionais formados por estes cursos. O encontro aconteceu no final de outubro, contando ainda com a participação de professores e representantes de instituições empregadoras de tecnólogos.

A ameaça de fechamento dos cursos surgiu como consequência do posicionamento do MEC em relação a área de tecnólogos, que não está permitindo a criação de novos cursos e inclusive aconselhando o fechamento dos atuais. Há ainda problemas de mercado de trabalho, pois os tecnólogos são formados em cursos de curta duração, o que limita o desenvolvimento de algumas atividades e os caracteriza como profissionais de categoria inferior aos graduados em cursos de duração plena. Além disso, a profissão de tecnólogos não é reconhecida e nem regulamentada pela lei.

Apesar destes problemas, os representantes de empregadores, a maioria de cooperativas, manifestaram sua opinião de que os tecnólogos são profissionais que têm ain-

da um espaço a ocupar dentro das empresas. É preciso apenas complementar alguns aspectos importantes de forma a capacitá-los melhor.

VIABILIZAR CONTINUIDADE

As propostas do encontro são de que os cursos tenham continuidade garantida, mas também sejam introduzidas algumas alterações que viabilizem o seu funcionamento e o trabalho dos profissionais. As sugestões são de transformar o curso de Administração Rural em curso de duração plena, introduzindo disciplinas específicas da área de sindicalismo e mantendo a filosofia de trabalho voltada a defesa sócio-econômica dos pequenos e médios produtores rurais. O curso de Cooperativismo deve ser transformado num pleno de Administração de Cooperativas, com duração de três anos e meio, dando maior ênfase à disciplina de comercialização agropecuária. Caso o Ministério de Educação e Cultura não aprove a transformação do curso de cooperativismo, o vestibular em 84 deverá ser realizado da mesma forma, mas logo após o início das aulas se instale um processo de discussão e questionamento sobre os cursos, procurando definir o seu futuro.

Bentafluid^{MR} BR 3M

O Multi-Herbicida para a Soja



BENTAFLUID BR, o Multi-Herbicida pós emergente para a soja, é a sua melhor escolha. Veja porque:

PÓS EMERGENTE E AMPLO ESPECTRO

É o único produto que controla ao mesmo tempo as principais ervas daninhas:

- Marmelada ou Papuã
- Leiteiro ou Amendoim bravo
- Picão preto
- Guanxumas

...além de 20 outras invasoras de folhas largas!

É ESPECIALMENTE INDICADO PARA O PLANTIO DIRETO.

Uma vez que:

- É seletivo para a soja.

- Não afeta as culturas subsequentes.
- Aplica-se unicamente onde existem as invasoras, em pós emergência.
- Não depende do solo, nem de matéria orgânica.
- Não deixa resíduos.
- Não é poluente.

Comprove você mesmo a eficiência de Bentafluid BR o Multi-Herbicida para a soja, adquirindo-o através das Cooperativas, revendedores ou diretamente da Herbitécnica Defensivos Agrícolas Ltda.

Distribuidor:
Herbitécnica Defensivos Agrícolas Ltda.
Londrina: Rua Brigadeiro Luiz Antonio, 299
Caixa Postal 2251 - Fone: 23-2626 (PABX)
Telex (0432) 195

Produtos Agrícolas 3M - Proteção para a cultura e segurança para o agricultor.

Produtos Agrícolas/3M
Caixa Postal 123 - Campinas - SP
Fone: (0192) 64-1700

3M

Discutir desmembramento com os números nas mãos

Com dados nas mãos, e municiados de números sobre a situação financeira da Cooperativa, os representantes deverão começar a encaminhar uma discussão muito importante junto ao quadro social da Cotrijuí: o desmembramento da cooperativa em três cooperativas singulares, uma em cada região de atuação da Cotrijuí nos dias de hoje.

A forma de encaminhar a discussão foi definida em reuniões com os representantes eleitos durante o mês de outubro. Estas reuniões aconteceram na Região Pioneira, em Dom Pedrito e no Mato Grosso do Sul, quando foi sentida a necessidade de informações concretas sobre a situação econômica da cooperativa para tomar uma decisão de peso como esta do desmembramento. Na Região Pioneira a reunião aconteceu no dia 16 de novembro, e além do desmembramento, incluiu ainda discussões sobre alterações no cartão de crédito.

“O que ocorre com a Cooperativa é o somatório daquilo que acontece com cada um de seus produtores associados. Temos um déficit financeiro, que não significa um prejuízo, mas um valor a descoberto”. A afirmação é de Oswaldo Meotti, diretor financeiro da Cooperativa, que expôs aos representantes uma visão geral sobre a situação financeira da Cotrijuí.

Os dados que ele apresentou aos representantes serão ainda mais esmiuçados, para que possam ser discutidos junto com todo quadro social e sirvam de suporte para a decisão sobre o desmembramento ou não da Cooperativa. Estas informações não estarão resumidas aos números sobre o déficit da cooperativa, setores rentáveis e que apresentam prejuízos. Os dados deverão mostrar quais as razões que levaram a Cooperativa a sua atual situação, analisando os investimentos feitos, o seu custo e o resultado que trouxeram. A partir de um conhecimento mais detalhado da situação da Cotrijuí, da questão das subsidiárias (Cotriexport, Cotridata, Hospital Bom Pastor e Irfã), do terminal em Rio Grande, os representantes terão condições de levar até o quadro social toda a questão do desmembramento, aprofundando a discussão para que no futuro não aconteça qualquer arrependimento.

VISÃO MAIS GLOBAL

“As discussões sobre o desmembramento certamente vão tomar muitos rumos”, disse o presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, “pois os interesses dos associados são diferentes de região para região”. Mas o importante, segundo ele, é que os associados do Mato Grosso do Sul, de Dom Pedrito e da Região Pioneira envolvam nos debates e definam de uma vez a situação da Cooperativa:

— Está na hora da Cotrijuí buscar uma nova forma de Estrutura do Poder. Em quase todas as reuniões temos sentido, por parte dos associados, as dificuldades de uma visão mais global da Cooperativa. Cada vez mais as decisões estão sendo tomadas à nível regional, porque a organização de cada região é diferente. Fica cada vez mais difícil estabelecer uma política global, em função da heterogeneidade do quadro social. Os sistemas de produção e os interesses não são os mesmos.

Até mesmo para pagar suas dívidas, segundo Ruben, a Cotrijuí sente necessidade de diminuir sua área de atuação. “Sabemos que precisamos renovar. Então, vamos enfrentar a questão de peito aberto”. Pessoas capazes de administrar a Cooperativa é que não faltam na opinião do presidente. Tudo vai depender do trabalho:

— O que é preciso é que as pessoas



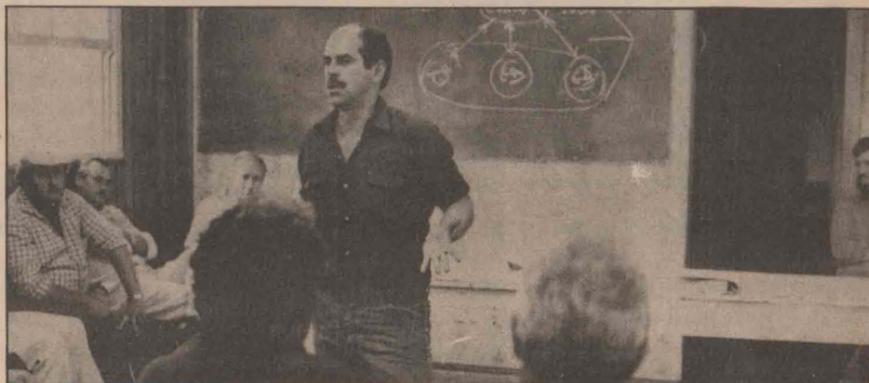
As informações servirão de suporte para a discussão com os associados

tenham vontade de trabalhar. E nós não estamos vivendo uma fase muito boa de criação. Temos nos reunidos para discutir formas de pagamentos das contas, para discutir os problemas dos produtores no seu dia-a-dia. Mas será que a Cooperativa não poderia eleger prioridades? O associado só vai participar mais se entender melhor a cooperativa no seu todo, e é aí onde estamos querendo chegar com esta proposta de desmembramento.

A proposta de desmembramento já vem sendo discutida há quase um ano pelo quadro social e só ainda não foi mais aprofundada pela falta de uma visão mais detalhada da própria situação geral da Cooperativa. As discussões começam a se intensificar e é bem provável que até o final do primeiro semestre do próximo ano os rumos da Cooperativa tenham sido definidos. Até lá, o quadro social já deverá ter decidido se o desmembramento implicará ou não na criação de uma Central ou se a Cooperativa fica como está, sem mudar nada.

O PREÇO POLÍTICO

A Central, segundo Ruben, seria utilizada pelas singulares como prestadora de serviços, sem qualquer interferência



Ruben: eleger prioridades

nas decisões internas de cada cooperativa. Toda vez que alguma singular precisasse de algum serviço, recorreria a Central, que cobraria um preço para isso. Mas ela não vai comprar e nem receber produção de ninguém. A importância de sua existência está em prestar algum tipo de serviço, de orientação, permitindo que cada uma das singulares continue com autonomia própria:

— A Central é o preço político pelo desmembramento. É uma forma de administrar o bolo conflitante de interesses. Será uma coisa pensante. Um pequeno guarda-chuva. Se a chuva vem de cima, o problema é das singulares, que terão de resolver seus problemas.

A DÍVIDA COM A CENTRAL

Emílio Uhde, representante de Ajuricaba, logo quis saber como fica a dívida, caso venha acontecer o desmembramento. O ideal, conforme explicou Ruben, seria zerá-la, “mas para isso, precisaríamos vender o Terminal de Rio Grande”. Se o Terminal não for vendido, ele passaria para o patrimônio da Central. A dívida também seria assumida pela Central. Em princípio, o presidente não concorda com uma divisão da dívida entre as regionais, porque a participação de cada

uma delas no faturamento é diferente. A Região Pioneira participa com 34 por cento; o Mato Grosso com 36 por cento, Dom Pedrito, com nove por cento e Rio Grande com 20 por cento.

Um outro representante, o Santo Dezordi, de Ijuí, ficou mais preocupado com a questão da criação da Central, “uma coisa que ainda não tenho bem claro”. Segundo o Santo, se a Cotrijuí pagasse todas as suas dívidas, não teria sentido a existência de uma Central, “pois o interessante é que o sistema se fortifique”, lembrou. “A Central, pelo que me parece, seria viável se apropriasse a dívida e pagasse. A partir deste momento, não teria mais razão de existir”.

FORTALECER

A hora, segundo Ruben, é de fortalecer a Estrutura do Poder, mas para isto será necessário dividir a Cooperativa. “Se não ocorrer uma divisão, corremos o risco de nos tornarmos cada vez mais uma Sociedade Anônima”. Ressaltou que a Cotrijuí não suporta uma crise econômica interna e aquele associado que for eleito tem que trabalhar pela Cooperativa. “Esta caminhada da organização do quadro social precisa terminar de vez. Ou se fica como está, ou se divide”.

Um projeto de alterar o crediário

As alterações no sistema de compras a crédito nas Lojas Cotrijuí é um assunto que precisa ser muito bem esmiuçado pelos Representantes junto às suas bases. "O grande interessado é o associado", disse o diretor financeiro da Cotrijuí, Osvaldo Meotti, reforçando que o quadro social precisa ser muito bem consultado sobre o assunto. "Somente depois que o associado tiver entendido toda a nova mecânica e apresentado sugestões, é que estas alterações no sistema de crédito

podem ser realmente implantados".

De acordo com o projeto a ser discutido com o quadro social, as compras a crédito feitas nas lojas não serão mais debitadas diretamente na Conta Corrente do associado, como é feito atualmente, e sim no Departamento de Crédito, como ocorre com o repasse de custeio da lavoura. O crédito dado ao associado será tomado de um financiamento global conseguido junto ao Banco, que a Cooperativa repassará ao associado sob a forma de mercadorias. Este novo Cartão de Crédito só terá valor para compras a prazo nas lojas.

SUPORTE FINANCEIRO

Estas mudanças se fazem necessárias, segundo explicou o Meotti, porque a Cooperativa precisa de suporte financeiro para manter o giro de estoques nas lojas. "O suporte financeiro vai servir para que o Departamento de Compras possa pagar mais ou menos em dia seus fornecedores e conservar as prateleiras cheias de mercadorias". Pela nova mecânica, o dinheiro voltaria a circular num tempo mais curto, ao contrário do que acontece até agora, quando o associado só faz o pagamento de suas contas por ocasião da comercialização de sua produção.

O projeto estabelece que toda vez que o associado comprar a prazo,

deverá assinar uma Nota de Crédito Rural, com prazo de pagamento variando entre 30 a 180 dias e mais juros de crédito rural proporcionais ao período de uso do crédito. O pagamento tanto poderá ser feito na Cooperativa como no Banco do Brasil. Quando o pagamento for feito diretamente na Cooperativa, esta fornecerá um recibo provisório e, num prazo máximo de uma semana, devolverá ao associado a cédula já quitada.

O PESO DA PRODUÇÃO

Uma questão que precisa ser muito bem estudada pelo quadro social, diz respeito aos critérios a serem estipulados para fixar os valores de crédito liberados aos associados por ocasião das compras. O que ficou bem claro durante as discussões dos Representantes é que deverá ser levado muito mais em conta a entrega da produção pelo associado do que a sua capitalização na Cooperativa. O projeto em estudo, em princípio, já sugere que o crédito seja fornecido apenas para associados que comercializem sua safra com a Cooperativa. Por outro lado, a liberação do crédito deverá ser automática e concedida diretamente no setor de vendas.

Se implantado o projeto, o associado vai ter que procurar programar melhor as suas compras a prazo, no sentido de concentrá-las num só período. "O associado", esclare-

ceu Meotti, "terá de evitar as múltiplas compras e também o acúmulo de papéis, já que toda a vez que fizer uma compra a prazo, terá de assinar uma Nota de Crédito Rural". A programação do associado, também viria reduzir alguns custos para a própria Cooperativa. "Não queremos que o associado pense que estamos complicando as coisas", alertou Meotti. Queremos continuar prestando este tipo de serviço, e toda vez que o associado precisar fazer alguma compra, seja eletrodomésticos, vestuário ou peças e implementos, ele poderá utilizar o cartão de Crédito. Só achamos que ele deve se programar melhor". Afora esta questão, o sistema, se aprovado, permitirá a venda de produtos a preços de mercado. O Cartão de Crédito de mercado continua como está, sem sofrer nenhuma alteração.

Problemas de ordem legal e burocrática, segundo o Meotti, não permitirão que o novo sistema seja implantado, de início, em todos os postos de consumo da Cooperativa. Nos primeiros tempos o sistema deverá ser implantado apenas nas lojas instaladas nas unidades. Os associados que normalmente fazem as suas compras nos postos de interior, precisarão se dirigir até a unidade para comprar a crédito. Este sistema também não será implantado para as compras nos supermercados.



Meotti: programar melhor as compras

As metas de trabalho

Trabalho é que não falta aos novos representantes, que agora começam a encaminhar a discussão sobre o desmembramento. Mais para a frente a discussão deverá girar em torno do plebiscito, na intenção de resolver de vez a questão da atual organização do quadro social. Todo o programa de trabalho levou em conta a necessidade do representante ser melhor informado a respeito da Cooperativa.

Como meta a curto prazo ficou definida a realização de dois cursos, tendo um deles a duração de dois dias e outro de apenas um dia. Os representantes de Tenente Portela farão o curso nos dias sete e oito de fevereiro, na própria Unidade. O curso para os representantes de Coronel Bicaco, Santo Augusto e Ijuí, vai acontecer nos dias 13 e 14 de fevereiro, tendo por local o Centro de Treinamento da Cotrijuí. Os representantes de Chiapetta, Ajuricaba, Augusto Pestana e Jóia, escolheram também o Centro de Treinamento como local, e os dias nove e 10 de fevereiro para a realização do curso.

O programa analisado e aprovado pelos representantes para ser desenvolvido durante o curso ficou assim:

— Análise ampla do sistema cooperativo à nível nacional, estadual e regional; estrutura organizacional de uma Empresa — níveis administrativos e funções administrativas relacionadas com as funções dos representantes; estrutura, Organograma da Cotrijuí; organização do quadro social — a Estrutura do Poder — Representantes e suas funções; o que é liderança? Atribuições de um líder. Condições e qualidades de um líder. Distinção

entre dominação e liderança, relações humanas.

O curso de um dia, com data ainda a ser definida por cada Unidade, deverá obedecer a um programa mais simples. Neste dia, os representantes vão conhecer a estrutura da Cotrijuí à nível de Unidade, percorrendo setor por setor e sabendo suas funções.

Também ficou definida a participação, de no mínimo um representante por Unidade, no Seminário com produtores da Região VI da Fecotrigo, a ser realizado em Santo Ângelo, nos dias 21 e 22 de fevereiro.

Além disso os representantes farão reuniões mensais nas suas Unidades, com meio dia para aprofundamento e discussões de assuntos estabelecidos de comum acordo, e outro meio dia para assuntos de rotina do associado e da Cooperativa.

MÉDIO PRAZO

Como trabalho a médio prazo, os representantes aprovaram a realização de três reuniões à nível de Regional Pioneira e mais duas à nível geral, com a participação do Mato Grosso e de Dom Pedrito. A sugestão dos representantes é para que se descentralize estas reuniões.

Os representantes se propuseram a fazer reuniões de estudo em conjunto com as lideranças dos núcleos para debater assuntos como:

— Histórico da Cotrijuí até os dias atuais (situação global e regional e local, custos); desmembramento; plebiscito (legalização ou não da atual organização do quadro social — Estrutura do Poder); eleições — renovação de 2/3 do Conselho Fis-



Os representantes definiram suas atividades a curto, médio e longo prazo

cal; rediscussão da Capitalização no sistema cooperativista; continuidade do trabalho junto aos núcleos.

Nas metas a longo prazo, os Representantes terão de discutir e se envolver com eleições da diretoria e com as eleições dos representantes, ou então procurar uma nova forma de organização do quadro social. Também deverão dar continuidade às metas de médio prazo, dependendo da avaliação e replanejamento dos Representantes.

AS SUGESTÕES APRESENTADAS

No decorrer dos estudos em grupo e das discussões de alguns pontos do programa de trabalho, os representantes fizeram algumas sugestões. Os representantes das unidades de Chiapetta e Ajuricaba, sugeriram a participação dos suplentes nos cursos e em pelo menos três reuniões à nível de unidade, durante todo o ano. Ainda foi sugestão de Chiapetta e re-

forçada pela Unidade de Coronel Bicaco, a participação da direção da Cotrijuí em reuniões locais, principalmente àquelas que antecederem as safras.

O pessoal de Ijuí sugeriu a criação de uma Comissão de Coordenação dos Representantes com a finalidade de definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões, tanto locais como regionais.

Demais sugestões apresentadas durante a manhã de estudo ficaram por conta de uma viagem ao Mato Grosso do Sul, para que os representantes, de posse de alguns dados e de maiores conhecimentos sobre a região, possam discutir o desmembramento com maior clareza, que as reuniões regionais não sejam realizadas apenas em Ijuí, mas também em outras Unidades, como Tenente Portela, por exemplo, e reuniões bimestrais entre os Representantes da Regional Pioneira (seis reuniões anuais, sempre contando com a participação da direção).



Exigência de receita é uma lei estadual

DECRETO N. 30.811 — DE 23 DE AGOSTO DE 1982
Dispõe sobre o comércio de defensivos agrícolas no Estado

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1º O comércio de defensivos agrícolas cujo uso é permitido no Estado somente poderá ser efetuado mediante prescrição por técnico devidamente habilitado, através da utilização de receituário agrônomo.

Parágrafo único. A receita agrônoma referida neste artigo deverá ser emitida, em no mínimo, 2 (duas) vias, permanecendo uma delas em poder do estabelecimento comercial e à disposição dos órgãos fiscalizadores.

Art. 2º Todo estabelecimento que comercialize defensivos agrícolas deverá ter obtido cadastramento junto aos órgãos fiscalizadores da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e manter livro de registro onde anotar todas operações comerciais relacionadas a estes produtos.

Parágrafo único. O livro para registro das operações comerciais com defensivos agrícolas clorados será distinto daquele a que se refere o «caput» deste artigo, e nele serão anotados, além dos dados comuns, os que caracterizem o uso ou destino excepcionalmente permitidos pelo Decreto n. 30.787 (1), de 22 de julho de 1982.

Art. 3º Os modelos da receita agrônoma, dos livros de registro das operações comerciais com defensivos agrícolas e dos termos de abertura e encerramento destes, bem como o modo por que se procederá ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização dos mesmos, inclusive no que tange ao cumprimento do Decreto n. 30.787, de 22 de julho de 1982, serão objeto de portaria a ser editada conjuntamente pelos Secretários de Estado da Agricultura e da Saúde e do Meio Ambiente.

Art. 4º O descumprimento às disposições do presente Decreto sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei Federal n. 6.437 (2), de 20 de agosto de 1977.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento das disposições contidas no presente Decreto será efetuada pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria da Agricultura.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

José Augusto Amaral de Souza — Governador do Estado.

(1) Rio Grande do Sul, 1982, pág. 170; (2) Leg. Fed., 1977, pág. 608.

A comercialização de qualquer defensivo agrícola, inclusive de formicidas, está proibida em todo Rio Grande do Sul sem a apresentação de uma receita assinada por agrônomo. Esta decisão foi tomada pelo próprio Governo do Estado que, pressionado por um movimento que envolveu entidades defensoras do meio ambiente e a própria Assembléia Legislativa, publicou um decreto obrigando a utilização do receituário agrônomo.

O decreto foi publicado em agosto do ano passado, e ratificado em dezembro através de uma lei estadual. Esta lei ampliou ainda mais a restrição ao uso de defensivos químicos, condicionando a distribuição e comercialização dos produtos tóxicos a seu cadastramento junto à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente. O ano de 1982, por sinal, foi em todo Rio Grande do Sul cheio de polêmicas e discussões sobre o uso de defensivos. Todo movimento resultou ainda numa relação de produtos que teriam seu uso proibido no estado, especialmente os defensivos clorados (veja no Cotrijornal dos meses de agosto e setembro de 1982).

Extra-oficialmente, o receituário já vinha sendo adotado no Rio Grande do Sul desde 1978, quando os agrônomos fi-

zaram sua primeira tentativa de restringir o uso de produtos mais tóxicos. Foram várias as tentativas de fazer com que a comercialização de defensivos dependesse diretamente de uma receita passada por um especialista, no caso os agrônomos, assim como acontece na venda de remédios perigosos à saúde se consumidos sem a devida orientação médica.

A obrigatoriedade do receituário, então, surgiu no ano passado, mas na prática ele só começou a ser exigido a partir do final do mês de agosto deste ano. É que a fiscalização do uso do receituário ficou a cargo do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), que deu este prazo para as empresas se adaptarem à exigência legal.

CUMPRIR A LEI

A questão, porém, é que mesmo estando em vigor desde o final de agosto, o receituário não vem sendo exigido em todas as empresas que comercializam os defensivos. Muitos produtores, inclusive, perguntam porque a Cotrijornal mantém a exigência enquanto alguns comerciantes vendem livremente estes produtos. Esta discussão, apareceu numa reunião de representantes realizada no início do mês

Informação nunca é demais

Os associados da Cotrijornal têm reagido de diferentes formas em relação à exigência de pegar com um agrônomo a receita técnica para a compra de um defensivo agrícola. Alguns reclamam da medida, dizendo que é perder tempo com uma burocracia que não adianta nada. Outros dão força para o receituário, achando que é uma forma de disciplinar realmente o uso destes produtos, informando o produtor sobre a maneira correta de aplicar qualquer agrotóxico.

Seu Ervino Preissler, da Linha 4 Oeste, em Ijuí, achou um absurdo ter que pagar uma receita para comprar três quilos de formicida. "Para que exigir esta receita?" ele perguntou ao se dirigir ao agrônomo de plantão na unidade de Ijuí. "Isto não está certo, pois o formicida já vem embalado e se está cansado de saber usar. O produto já vem pronto, sem precisar misturar com nada, e se aplica de uma vez só tudo, sem perigo algum".

Se Ervino discorda da exigência para formicidas, ele acha certo o receituário nos casos de aplicação de inseticida e herbicida, "pois tem muito baiano fazendo bobagem com estes venenos, achando que sabe aplicar mas fazendo tudo errado". Ele próprio andou tendo problemas de intoxicação, que mesmo sen-



Ervino Preissler:
formicida não precisa

do coisa mínima foi o suficiente para deixá-lo convencido do perigo. Ervino acha muito válido o receituário para os casos de herbicida e inseticida, pois estes produtos são muito perigosos e o produtor manuseia diretamente com eles na hora da preparação e aplicação:

— Estes dias eu já vim aqui pegar receita de herbicida, e me explicaram direitinho tudo que era preciso fazer. Mesmo que a gente já tenha um pouco de conhecimento, com mais esta explicação se vai tomar maiores cuidados.

UMA ORIENTAÇÃO

"Nós aplicávamos venenos demais, e, mesmo com os técnicos aconselhando a usar menos, a gente sempre achava que estava fazendo certo", lembra o seu Olavo Lamb, de Coronel Barros,



Olavo Lamb:
é uma orientação

em Ijuí. É em função disto que ele não se queixa da exigência do receituário para poder comprar os defensivos. "Isto é uma orientação que nós temos que seguir". Seu Olavo tem inclusive uma experiência bem ruim com a lida de defensivos. Ele se intoxicou no ano passado, com a aplicação de um pó para combater a lagarta:

— Eu passei o pó no escurecer, e estava sozinho na lavoura. Mas apliquei demais, e isto eu mesmo senti na hora que foi demais. No outro dia de manhã fui para a cidade e quase desmaiei no centro de Ijuí. Estava me sentindo mal, muito enjoado, e peguei um táxi para ir até em casa. Vomitei e passou, mas tenho certeza que foi do veneno.

Agora ele está mais cuida-



Anélio Coradini:
evitar desperdício

do e acha que com o receituário e a conversa com o agrônomo irá evitar outro problema semelhante. Há um mês atrás, por exemplo, já pegou uma receita de defensivo para pulverizar a parreira. Na recomendação, o técnico deixou tudo dito, e então a aplicação foi feita com bem mais cuidado que nas vezes anteriores.

EVITAR DESPERDÍCIO

"Eu já cheguei inclusive a comprar veneno errado por falta de informação", conta Anélio Coradini, da Linha 4 Leste, que achou uma medida muito boa esta de exigir uma receita para a venda de defensivos agrícolas. Ele lembra que comprou há alguns anos o produto Alacran BV-40 e não pode aplicar na lavoura porque não tinha máquina adequada:

— Precisava de máquina com compressor, mas os vizinhos disseram que eu dava um jeito com a máquina que eu tinha. Que nada. Não deu para usar, e eu estou lá com aquele capital empastado.

Baseado nesta sua experiência, ele considera a receita do agrônomo é uma medida muito boa, pois isto obrigará o agricultor a aplicar o veneno indicado, sem dose excessiva e só usando quando realmente for necessário:

— Pelo menos assim algum peixe de novo se encontra nos rios. É certo controlar o uso destes venenos para cuidar da saúde das pessoas. Esta preocupação com os efeitos dos venenos já fez o agricultor diminuir bastante o uso, pois muitas pessoas aplicavam e nem sabiam para que fim estavam aplicando tanto defensivo. Se saía, e o ar era poluído de tanto veneno.

Mesmo antes do receituário se tornar medida obrigatória em todo estado, o que aconteceu em agosto deste ano, seu Anélio já andava procurando os agrônomos para se informar. Já faz mais de um ano que ele pega receita antes de comprar os produtos, buscando saber qual o defensivo certo para cada tipo de inço ou para as pragas que ameaçam a lavoura, "evitando muita perda de veneno".

Defensivos

de novembro, quando eles se queixaram da burocracia que a Cotrijuí estava exigindo para vender até mesmo um pacote de formicidas.

A adoção do receituário na Cotrijuí prende-se basicamente à exigência feita pela própria lei, como lembrou na ocasião o presidente da Cooperativa, Ruben Ilgenfritz da Silva. Como a Cotrijuí é uma empresa grande, seguramente os olhos da fiscalização cairão em primeiro lugar em cima exatamente da Cooperativa. Pelo volume de defensivos comercializados e pela própria dimensão da cooperativa, o controle do cumprimento da lei, como acontece em outros casos, é bem rigoroso em relação à cooperativa. Ela não pode, assim, segundo Ruben, deixar de cumprir a legislação.

INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO

Não é, entretanto, apenas a questão de fiscalização que conta nesta hora, como explica o agrônomo Luiz Volney Mattos Viau. "O receituário é um instrumento de educação e conscientização sobre o uso de defensivos. O fato de apenas passar a receita, entretanto, não adianta. É importante a aproximação entre o agrônomo e o produtor, a conversa que se tem sobre os defensivos na hora de receitar o uso de algum produto, das informações sobre os problemas de toxicologia que até hoje estavam despercebidos, as recomendações sobre o quê aplicar, quando e como aplicar".

O Volney recorda que mesmo aparecendo como uma exigência legal, o receituário representa na verdade uma conquista da classe agrônômica e das entidades preocupadas com o meio-ambiente. Volney afirma:

— O próprio produtor deve ver o receituário como um instrumento que vai ajudar a preservar a sua vida e o meio ambiente, sentir esta necessidade, e não encará-lo como mais uma invenção, mais uma norma para burocratizar a sua vida.

SEM EXCEÇÕES

Outro agrônomo da Cotrijuí, João Klohn, coordenador técnico da unidade de Ijuí, é quem explica porque a exigência do receituário inclui também os formicidas, um produto que o agricultor está acostumado a lidar e muitas vezes não entende a razão de precisar uma receita para comprar um quilo ou dois do veneno. O João lembra que os únicos produtos clorados que continuam a ser permitidos no estado são exatamente os formicidas, e isto apenas porque não existe outro substituto eficiente:

— O produtor não vê o perigo do formicida, pois pela própria maneira como sempre foi aplicado não parece representar um risco maior para a saúde. Mas estes formicidas são extremamente tóxicos, liberando seu veneno quando entram em contato com a umidade. Se alguém anda meio desgostoso com a vida, é só comer uns grãosinhos de formicida que a morte é certa. Mesmo que não pareça representar o risco, não se pode abrir exceção para os formicidas.

O João também considera a adoção do receituário uma conquista, mesmo reconhecendo que as mudanças, de qualquer espécie, não acontecem através de decreto. Ele também é da opinião que o receituário não irá representar o fim dos problemas trazidos pelos defensivos agrícolas, mesmo porque ele veio regular o uso destes produtos, e não sua fabricação. Segundo ele, a exigência do receituário pode ser encarada como o início de um processo educativo sobre as consequências do uso indiscriminado destes venenos.

Técnicos reclamam por ficar de fora

A obrigatoriedade da receita assinada por um agrônomo acabou reacendendo uma questão antiga e despertando outro tipo de discussão: a regulamentação da profissão dos técnicos agrícolas e as atribuições específicas destes profissionais e dos agrônomos. Os técnicos é quem, na prática, acompanham o dia-a-dia dos produtores, ajudam a regular seus pulverizadores, recomendam a adoção de uma ou de outra prática. E há anos eles vem se batendo pela regulamentação, através de lei, de sua atividade profissional. Já a lei que instituiu o receituário, dá apenas aos agrônomos a competência de passar receita e fazer recomendação de uso dos produtos agrotóxicos.

"Nós ficamos marginalizados mais uma vez", desabafa Sadi Pereira, técnico agrícola da Cotrijuí na unidade de Ijuí e vice-presidente da ATARGS (Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul). Ele lembra que quando iniciou a discussão sobre o receituário agrônômico, a Associação reivindicou a participação dos técnicos no debate sobre o assunto:

— Mandamos correspondência para a Assembléia Legislativa, para a Sociedade de Agronomia, e nem recebemos resposta. Simplesmente nos ignoraram. Isto não dá para admitir, pois quem está no campo, no dia-a-dia não poderia ficar de fora. Hoje se fica até numa situação difícil junto ao produtor, pois sempre éramos nós quem dávamos estas informações, e agora somos impedidos por lei de continuar fazendo isto.

DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

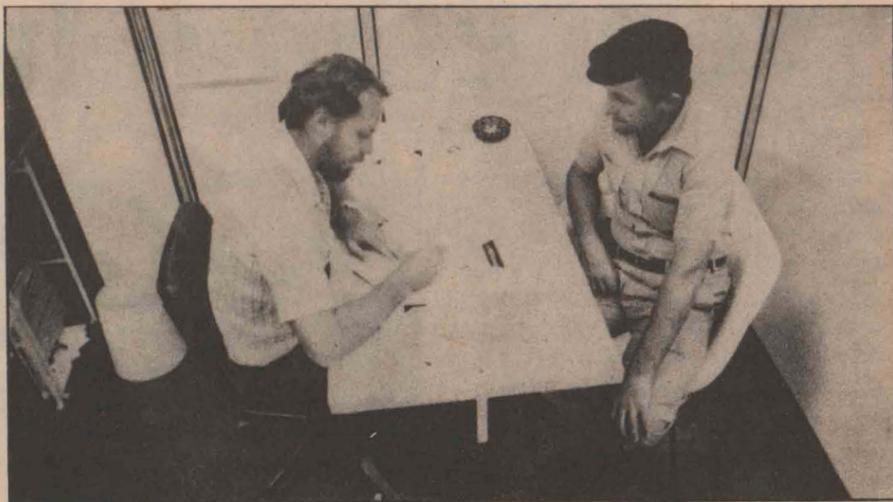
Antes da obrigatoriedade do receituário, os técnicos é quem assumiam, na maioria das vezes, a tarefa de recomendar ou não o uso de determinados produtos, e inclusive assinavam a receita, que não era obrigatória. "É por esta razão" continua o Sadi, "que a gente se pergunta como tínhamos a competência para recomendar o produto, mas agora não temos a competência para assinar uma receita?"

Este ponto de competência, de definição das atribuições, seria resolvido com a regulamentação da profissão do técnico. Só que esta questão vem se arrastando há muito tempo, e provocando muita discussão e mobilização dentro da categoria. A regulamentação interessa não apenas aos técnicos agrícolas, mas também aos profissionais de nível médio que atuam nas áreas de engenharia, construção civil, etc. Diz o Sadi:

— A regulamentação é para delimitar exatamente quais as nossas funções. Fica muito difícil de trabalhar se estes pontos não são bem esclarecidos. Afinal, numa hora podemos fazer uma coisa, mas na outra já não podemos, pois nossa profissão nem existe. Nós não conseguimos nem fundar um Sindicato porque a profissão não é regulamentada.

QUESTÃO DE COMPETÊNCIA?

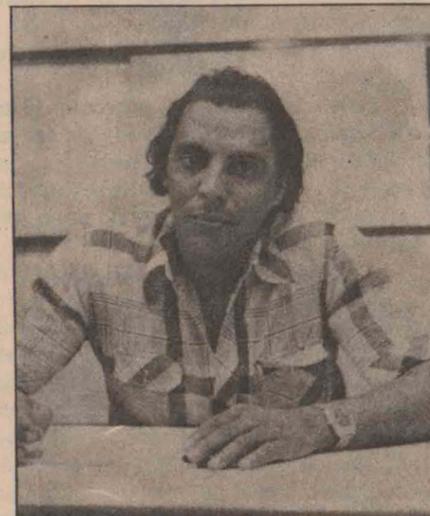
Como os técnicos e os agrônomos trabalham lado a lado nas empresas, a situação adquire contornos bem delicados. Sem definir com exatidão as atribuições e competências específicas dos técnicos, as duas profissões entram eventualmente numa espécie de choque. Isto, tanto os técnicos como os agrônomos reconhe-



Apenas os agrônomos podem receitar o uso de defensivos



Sadi Pereira: ficamos marginalizados



Volney Viau: definir atribuições

cem. Luiz Volney Mattos Viau, agrônomo na Cooperativa e também conselheiro da Sociedade de Agronomia, é da opinião que está faltando discutir com maior profundidade esta questão:

— É preciso ficar claro que não se é contra a regulamentação da profissão dos técnicos. Esta é uma luta válida e todos têm direito a ter sua profissão regulamentada e reconhecida. A questão está em discutir quais as atribuições que realmente podem ser conferidas a cada profissional.

Volney reconhece que no caso da recomendação de defensivos, os técnicos é que assumiam este serviço junto aos produtores, "e nunca ninguém questionou se isto era da competência deles ou não. Se começou a despertar para este problema quando se percebeu que algumas atribuições específicas, adquiridas por direito pelo agrônomo, estavam sendo repartidas sem uma devida análise". Ele

lembra, por exemplo, que os técnicos recém saídos da escola às vezes não tem nem 18 anos completos e são, portanto, ainda menores de idade e irresponsáveis do ponto de vista da lei:

— Como uma pessoa, sem responsabilidade civil, ou criminal pode assumir a autoria de um projeto ou mesmo de uma receita? Se ela cometer um erro não poderá ser responsabilizada por ele.

Além desta questão, Volney também levanta outro ponto: o currículo dos cursos de formação a nível médio não incluem cadeiras específicas sobre toxicologia e defensivos agrícolas. Assim, os técnicos não teriam, em sua formação, competência para assumir o compromisso de receitar este tipo de produto.

PROBLEMA DO ENSINO

A ATARGS, por outro lado, como lembra o Sadi, reconhece que o técnico recém saído da escola não tem na verdade condições de assumir uma série de tarefas que recebe como atribuições. "Mas isto em função do baixo nível de ensino, que atinge também os cursos de agronomia, que são de nível superior. O agrônomo recém formado também não tem esta competência. A nossa reivindicação, porém, é no sentido de que os técnicos com mais de três anos de atividade profissional ou então com especialização em pesticidas num curso complementar, tivessem também o direito de recomendar o uso de determinados produtos e assumir esta sua recomendação, assinando a receita que passou para o produtor".

A discussão, em todo caso, continua, ficando claro que sem definir exatamente quais as atribuições de uma e de outra profissão, dificilmente se chegará a um ponto que satisfaça as duas categorias. Os agrônomos, já contando com sua profissão regulamentada, conseguiram clarear exatamente quais as atividades que são de sua competência. Falta definir, porém, o que é mesmo que os técnicos podem e devem fazer. Diz o Sadi:

— Não se quer tirar o espaço de ninguém. Queremos regulamentar a nossa atividade, e reivindicar aquilo que faz parte do nosso dia-a-dia. O próprio receituário, em si, é mais um instrumento burocrático e que não está cumprindo outra finalidade prática senão a de criar mais problemas para as cooperativas e empresários do setor de distribuição de insumos para a agricultura e, principalmente, para o agricultor.

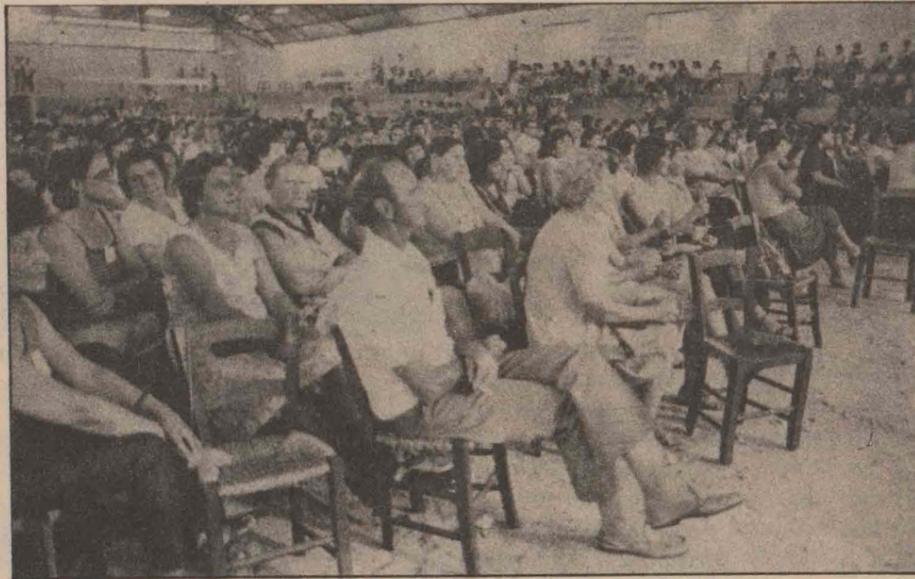
O reconhecimento vem com a luta

Só pelo fato de conseguir reunir cerca de 1.000 mulheres, o III Encontro de Integração dos Núcleos Cooperativos, promovido pelo setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí no dia 30 de novembro, em Santo Augusto, já poderia ser considerado um verdadeiro sucesso. Mais importante, porém, que o número de pessoas presentes, foi a participação ativa das mulheres no debate sobre a real situação da mulher na sociedade em geral e, particularmente, no meio rural. O Encontro foi uma continuidade de outras reuniões semelhantes realizadas nos dois últimos anos, primeiro em Ajuricaba e ano passado em Ijuí. Os objetivos da promoção foram integrar melhor os núcleos de senhoras e filhas de associados de toda Região Pioneira, discutir questões envolvendo a própria cooperativa e também a situação da mulher rural.

A boa participação, porém, não se limitou ao encontro realizado em Santo Augusto. Duas semanas antes, no dia 12 de novembro, houve um encontro de integração dos núcleos de Augusto Pestana, envolvendo 400 mulheres de diversas localidades do interior, e também repetindo o que já é uma tradição dos núcleos do município. O encontro de Augusto Pestana, realizado em conjunto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, contou com palestras de Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí, que falou sobre cooperativismo e a importância da participação do quadro social nas decisões da cooperativa, e de Dari Marconatto, educador da Fetag, que falou sobre Previdência e Sindicalismo, ressaltando a importância da participação da mulher na vida sindical.

O encontro de Santo Augusto foi mais amplo, reunindo representantes das unidades de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, e Tenente Portela. As palestras nesta reunião geral ficaram por conta da socióloga Heleieth Safiotti, de Araraquara, São Paulo, que falou sobre o desenvolvimento histórico da participação da mulher, e de Orgênio Rott, vice-presidente da Fetag, que falou sobre sindicalismo e previdência.

No final dos dois encontros ficou a certeza de que o reconhecimento da mulher do meio rural é fundamental, e a conquista de seu espaço vai depender da própria participação da mulher, não só como mãe e esposa, mas principalmente como trabalhadora.



Mil mulheres, e também alguns homens, participaram do Encontro de Integração

As grandes discussões no encontro de Santo Augusto foram em torno da discriminação da mulher em relação aos seus direitos como trabalhadora junto à Previdência. As participantes do encontro vem discutindo há anos estas questões e se organizando nos núcleos, e se disseram cansadas de esperar por uma solução. Elas praticamente botaram o vice-presidente da Fetag, Orgênio Rott, contra a parede, cobrando uma solução e perguntando o que a Federação realmente está fazendo para levar à frente as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Rott reconheceu que a própria Fetag está saturada de mandar papel e de não ser atendida praticamente em nada. Mas, segundo ele, é preciso ter muita persistência e enfrentar a luta que, apesar de antiga, pode-se dizer que apenas está iniciando:

— Se analisarmos quem está discutindo Previdência no Brasil a gente vai ver que é basicamente apenas o Rio Grande do Sul. Não podemos ir para a rua se não contarmos com todo mundo pegando junto. Está faltando mais solidariedade, mais união da classe. Mesmo no Rio Grande do Sul não é todo mundo que está preparado. Em algumas regiões, como esta aqui, o assunto vem sendo discutido há muito tempo, mas mesmo assim ainda é um punhadinho de pessoas em relação a todo estado.

O QUE FAZ A FETAG?

Ele também foi questionado sobre o que a Federação está fazendo em relação à luta específica da mulher. Rott explicou, então, que a Federação está ouvindo e apoiando estas reivindicações:

— Quem tem que lutar é a mulher. Nós podemos discutir as formas de encaminhamento. Mas também é preciso que todos sentem na sua comunidade para discutir que tipo de pressão vamos fazer em cima do Sindicato, da Fetag, para nos ajudar a levar a frente estas lutas.

A socióloga Heleieth Safiotti também interferiu na discussão, lembrando que é compreensível a impaciência, mas a falta de resultados imediatos não deve provocar desânimo. É preciso ter claro, segundo ela, que em geral a mulher está muito ausente das lutas dos trabalhadores. No último congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores), por exemplo, menos

de um por cento dos participantes eram mulheres:

— É preciso que se multiplique esta participação que se vê aqui para o todo, pois política se faz enxergando o todo e não apenas um pedacinho brasileiro. Quando os grupos se unem estão fazendo política, pois política não é apenas a atuação em partidos. É preciso não apenas reivindicar nossos direitos, mas também policiar as atividades dos governantes, saber o que estão fazendo com o nosso dinheiro, para que não falte dinheiro na hora em que a doença chegar.

O vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews, também falou da necessidade de “vender” esta idéia de participação que se vê na Região Pioneira para outras regiões do estado e do país:

— Sozinha, a Região Pioneira é muito pequena politicamente. É uma força importante, porque é um embrião, mas esta participação tem que ser vendida para a frente.

FUTURO DA HUMANIDADE

Com Heleieth, que abordou a questão da participação da mulher na sociedade, as discussões envolveram também a situação econômica e política do país. Ela iniciou sua palestra, por exemplo, se dizendo satisfeita em conhecer uma região onde se sente um grande interesse na solução dos problemas. Um dia antes do encontro ela foi ao CTC (Centro de Treinamento Cotrijuí), onde percebeu que existem preocupações importantes em buscar alternativas de produção voltadas para o homem:

— Aparentemente são propostas simples, que pensam na conservação do solo, em associar a agricultura com a pecuária, de produzir mais alimentos, mas no fundo elas representam uma preocupação com a própria humanidade. São propostas diferentes do desatino que se vê no País, como a questão da energia nuclear, onde compramos do exterior uma caixa de tecnologia fechada e não temos competência para usar. As usinas atômicas estão tendo vazamentos, não temos dinheiro para pagar os reatores e nem precisamos de energia atômica.

PERDA DE MEMÓRIA

Heleieth abordou também os problemas de saúde, lembrando que a modernização da sociedade acabou com todo aquele



Os núcleos fizeram várias apresentações

conhecimento sobre o uso de chás e mel com o trabalho das parteiras. “É todo um processo de perda de memória”, ela afirmou. “A medicina se institucionalizou e toda uma propaganda sobre as vantagens dos remédios químicos em cima da gente, o tempo todo. O uso indiscriminado de antibióticos, por exemplo, é uma faca de dois gumes. Ele é uma coisa muito útil, mas também perigosa. Se a pessoa usa muito antibiótico, no momento em que realmente precisar do remédio, o organismo já não reage mais. É preferível tratar com chá algumas doenças, como a gripe, e deixar o antibiótico só para quando for realmente necessário, pois ele pode até curar no início, mas também traz uma série de problemas, como diarreia e destruição a flora intestinal”.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Ela também falou de um assunto que considera muito sério: toda a propaganda sobre a necessidade da população brasileira fazer planejamento familiar:

— Não me cabe ser contra ou a favor a limitação de filhos. Isto é decisão de cada casal, que precisa ser informado e ter condições para criar os filhos. Mas estão acontecendo coisas muito sérias, como a esterilização de mulheres sem que elas saibam que estão sendo esterilizadas.

Heleieth contou, por exemplo, que 47 por cento das mulheres do estado do Piauí foram esterilizadas. Falou também que está acontecendo de fazerem ligadura de trompas em mulheres sem que elas sejam consultadas. Em algumas zonas rurais do país estão sendo aplicadas injeções anticoncepcionais com efeito que dura de três a seis meses e que trazem sérios efeitos sobre a saúde das mulheres. Pílulas anticoncepcionais são distribuídas para mulheres de baixa renda sem o devido controle e acompanhamento de suas conseqüências. Disse a socióloga:

— Pensem 20 vezes antes de tomar uma pílula ou fazer uma injeção, pois elas provocam câncer e uma série de outros problemas. Existem outros métodos para controlar o número de filhos que não são divulgados, pois não interessam aos grandes laboratórios e indústrias químicas.

Ela falou do diafragma, um pedaço de borracha que é colocado para tapar a entrada do colo do útero, que é um método mecânico de controle de gravidez. Explicou também que a vasectomia é uma cirurgia simples feita no homem e que só impede a reprodução, não prejudicando em nada o organismo da pessoa. Disse ainda que a ligadura de trompas não traz conseqüências negativas para a vida da mulher, isto quando feita na idade certa e com pleno conhecimento da mulher:

— O planejamento familiar deve ser discutido pelo casal. Por que isto deve ser uma sobrecarga da mulher se ela não faz o filho sozinha?

A história já foi diferente

A situação de inferioridade que a mulher enfrenta no mundo moderno é o resultado do tipo de sociedade em que vivemos, onde poucos têm muito e a maioria não tem nada, onde a exploração do trabalho humano permite a concentração da renda. Mas a condição da mulher não foi sempre a de submissão e de subordinação, como lembrou a socióloga Heleieth Safiotti durante o III Encontro de Integração dos Núcleos Cooperativos:

— A sociedade não foi sempre a que ela é hoje. Entre os índios, por exemplo, a mulher é importante na economia, na educação das crianças, e não é considerada socialmente inferior ao homem. Nenhuma atividade é proibida para a mulher na sociedade indígena, exceto a atividade religiosa, e isto apenas durante o período em que a mulher procria. As pessoas são mais iguais, e não existe a idéia de que a mulher seja fraca. Inclusive atividades difíceis, como a caça da foca, um animal muito liso, é feita por mulheres, mesmo durante a gravidez.

Heleieth recordou que quando as sociedades indígenas evoluem para sociedades agrárias, o trabalho na agricultura é assumido pelas mulheres. Os homens ficam com a caça, a pesca e a guerra:

— As mulheres não fazem guerra. Nós somos mensageiras da paz, isto talvez por nosso forte vínculo com a vida.

As mulheres e crianças se ocupavam também de outras funções, como fiar, tecer, fazer rendas, e dominavam o que é chamado de medicina popular. Tinham conhecimento de ervas e também ajudavam outras mulheres a dar a luz. Todas estas funções eram consideradas produtivas e extremamente importantes para a sociedade.



Heleieth Safiotti: as pessoas são iguais



A socióloga falou sobre a condição da mulher no desenvolvimento da sociedade

PESSOAS DESNECESSÁRIAS

Com a tecnologia chegaram as máquinas e novos métodos de fazer as coisas, multiplicando a capacidade produtiva do ser humano. Com isso, algumas pessoas deixaram de ser necessárias, aparecendo a figura da dona-de-casa, disse Heleieth:

— A dona-de-casa é a primeira desempregada da sociedade moderna. Ela trabalha — e muito — mas sua função não é socialmente reconhecida, o seu serviço não é pago e a própria dona-de-casa não se vê como trabalhadora. À primeira vista parece que a industrialização trouxe vantagem para as mulheres. Tudo aquilo que elas precisavam fazer, agora existe pronto para comprar. Isto aconteceria se a renda do país fosse igualmente distribuída. Mas existem pobres e existem ricos, e os pobres fazem muito sacrifício para poder comprar estas coisas.

As mulheres que costumavam em casa, começaram a costurar nas fábricas. Mas não houve emprego para todas as mulheres que costumavam, e muitas passaram a ser consideradas inúteis. O trabalho das parteiras passou ser desempenhado pelos médicos, e no lugar de tomar chás caseiros, as pessoas começaram a ser induzidas a tomar remédios da indústria farmacêutica.

SUBDESENVOLVIMENTO NÃO É CAUSA

Heleieth também destacou que a inferioridade social da mulher não é provocada pelo subdesenvolvimento do país. Não é o desenvolvimento da economia que acaba com a inferioridade social. Para provar esta afirmação, ela contou que nos Estados Unidos, o país mais desenvolvido do mundo capitalista existe uma grande diferença entre os homens e as mulheres:

— Por sinal, os Estados Unidos são um país extremamente violento com os seres socialmente fracos, como as mulheres, os negros, os imigrantes de fala espanhola. Lá a mulher ganha pouco mais do que a metade do salário dos homens. Em apenas quatro dos 50 estados americanos a mulher tem licença de gestante. Quando ganha um filho, ela falta ao trabalho e tem descontado os dias de salário. Na maioria dos estados, as propriedades da mulher, mesmo depois do casamento, pertencem ao homem, que pode dispor como bem entender.

Na lei, o Brasil parece estar até melhor do que o país mais desenvolvido do mundo. Só que na prática a situação é diferente daquilo que está no papel. As trabalhadoras urbanas têm direito a licença gestante, mas para isso é preciso que este-

jam empregadas em alguma firma, e com carteira assinada. Só que quando ganham filho, correm o risco de perder o emprego na volta da licença. Já as empregadas domésticas e também as trabalhadoras rurais autônomas — tanto as esposas de pequenos proprietários como as assalariadas eventuais — não têm direito a esta licença.

A LEI DISCRIMINA

O Código Civil brasileiro é claramente discriminatório para com a mulher. A lei garante, por exemplo, que o homem é o chefe da família, mesmo que ele não trabalhe e não contribua com nenhum centavo para o sustento da mulher e dos filhos. A mulher só tem autoridade como mãe quando o pai está ausente, mesmo que seja ela quem assuma, muitas vezes sozinha, todo o trabalho de educação do filho.

Heleieth lembrou também aquilo que considerou uma injustiça extraordinária com a mulher do meio rural: a questão da aposentadoria. Já é uma injustiça, segundo ela, que o agricultor receba apenas meio salário mínimo de aposentadoria, mas a lei é pior ainda ao deixar as mulheres de fora deste direito:

— As mulheres vivem em média oito anos a mais do que os homens. Não é certo elas precisarem ficar viúvas para receber uma pensão, pois a mulher casada pode trabalhar 50 anos que não terá direito à aposentadoria. O problema da viuvez é muito maior entre as mulheres do que entre os homens. Além da necessidade de se lutar para acabar com esta injustiça, a mulher precisa participar também mais da administração da propriedade, para no caso de uma viuvez poder assumir realmente os negócios da família.

LUTA PELOS VALORES HUMANOS

É o tipo de sociedade, que prega a superioridade de umas pessoas sobre as outras, quem provoca esta situação da mulher. Nos países socialistas, segundo Heleieth, a mulher conquistou um espaço muito maior. Na União Soviética, por exemplo, 80 por cento dos médicos do país são mulheres. Na Europa Oriental, na China e em Cuba acontece uma participação muito maior da mulher no mercado de trabalho, e também o entendimento de que a mulher é um trabalhador tão capacitado quanto o homem e uma pessoa com os mesmos direitos que o homem. A situação das mulheres nestes países é muitas vezes melhor do que nos países capitalistas mas, mesmo assim, ainda existem alguns problemas. Na hora da divisão do trabalho doméstico, por exemplo, as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte das tarefas.

A luta, segundo a socióloga, deve se dirigir para a construção de um outro tipo de sociedade, mais democrática, onde se busque a igualdade entre os seres humanos. Ela afirmou que lutar para conseguir o desenvolvimento econômico não garantirá uma mudança na situação social da mulher se esta luta não for feita sob o ponto de vista dos valores humanos:

— A mulher não tirará proveito se não lutar junto. Se acreditava que acabando com as classes, com a exploração de uma pessoa pela outra, acabaria o problema da inferioridade da mulher. Mas se vê que em alguns países socialistas esta situação mudou muito pouco. Se a mulher não participar ativamente da tentativa de construir uma nova sociedade, também ficará para trás. Esta é uma luta dos homens e das mulheres, pois cada vez que a mulher é sacrificada, o homem e a família também sofrem a consequência.

Mostrar que somos gente

“Em que ponto está o projeto dos agricultores? O que o órgão responsável está fazendo para que melhore a assistência, a previdência? E o que está fazendo a Fetag? Por que as mulheres rurais e as filhas não têm direitos em caso de acidente de trabalho? Quem sai ganhando enquanto nossos direitos não são cumpridos? Por que a mulher rural não tem direito de se aposentar antes que o marido parta para a eternidade? Por que o agricultor, pagando o Funrural, ainda necessita pagar outra assistência para ser atendido? Onde está o nosso dinheiro do Funrural? Por que a mulher não é valorizada como cidadã brasileira?”

Estas são algumas perguntas que aparecem num documento elaborado pela comissão Central de organização do III Encontro de Integração da Mulher Rural Augusto-pestanense, e que foram lidas também no encontro de Santo Augusto. De acordo com o documento, “mais uma vez é chegada a hora de mostrarmos nossa união e nossa força. Nós mulheres rurais estamos reunidas para dizer que somos gente, que trabalhamos, que contribuimos para a Nação e que temos direitos”. As sugestões e propostas levantadas nos núcleos são as seguintes:

— Doença não tem hora. Precisamos atendimento médico durante 24 horas do dia.

— Queremos atendimento médico e hospitalar em qualquer parte.

— Queremos atendimento hospitalar como merecemos.

— Sindicalização da mulher rural. Que ela seja reconhecida por lei como trabalhadora rural e não como doméstica, devido à dupla jornada de trabalho que exerce dentro da família. Que as mulheres casadas sejam consideradas como sócias do Sindicato junto com o marido, tenham uma carteira e com os mesmos direitos de voto e ser votada.

— Seguro de acidente de trabalho para a mulher e os filhos.

— Aposentadoria aos 50 anos de idade e com um salário mínimo, e que tenha auxílio de invalidez, de maternidade, salário-família, assistência médica e hospitalar em qualquer parte do país.

— Para descontar não somos perguntados, mas para receber somos esquecidos.

— Vamos lembrar mais uma vez as autoridades que os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pela primeira vez na história, fizeram seu projeto, e é essa lei que queremos ver aprovada.

artísticos

A integração da família com a cooperativa

"A nossa força não está no tamanho de nosso patrimônio, mas no tamanho de nossas cabeças no sentido de entender a nossa realidade", disse o diretor presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva ao falar para quase 400 mulheres reunidas no Salão Paroquial São José em Augusto Pestana, durante o II Encontro Integração dos Núcleos Cooperativos de Esposas e Filhas de Associados. Estas cabeças não podem se limitar a dizer amém a todas as coisas ou dizer que está tudo errado ou tudo certo, mas também participar e ajudar nas decisões da coope-

Ruben afirmou que o desmembramento da Cotrijuí em cooperativas singulares, mas unidas por uma Central, seria uma proposta capaz de permitir e assegurar uma participação mais efetiva da família do associado dentro da cooperativa. Toda a questão, como ele colocou está no fato da Cotrijuí não ser uma empresa de dinheiro, que vise apenas o lucro, mas uma empresa formada de pessoas. "E pelo menos, nesta fase, sabemos que existem limitações para as nossas cabeças

entenderem o tamanho desta organização".

A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

As mudanças que aconteceram desde a criação das cooperativas tritícolas até hoje foram muito rápidas. Partiu-se de uma fase em que a família praticamente só buscava na cidade o sal e o tecido para costurar suas roupas em casa mesmo, para uma fase de muita dependência. O agricultor passou a comprar na cidade o arroz, ovos, leite, etc. "Quando começaram as cooperativas tritícolas", lembrou Ruben, "parecia que o plantio do trigo, e numa segunda etapa o do trigo e soja, seria a solução para todos os nossos problemas. Até achávamos que andávamos na frente do resto do mundo que não fazia nada daquilo que estávamos fazendo". Foi dentro deste contexto que a Cotrijuí se expandiu para outras regiões, sem se preocupar muito com a discussão do produtor. "Todas estas coisas que aconteceram tiveram muito a ver com o tipo de organização que tínhamos na época. Hoje, porém, estamos convencidos de que houve



Ruben Ilgenfritz da Silva: entender a organização e suas limitações

uma certa limitação na organização do quadro social". Por esta razão, e levando em conta a experiência do passado, "estamos procurando ser uma entidade democrática na ação e na atitude. Quanto mais pessoas ajudarem a decidir, melhor para a Cooperativa".

PRESEÇA DO COOPERATIVISMO

Ruben destacou a presença marcante do sistema cooperativista em todos os recantos do mundo. Qualquer que seja o regime político, seja capitalista ou socialista, o cooperativismo está marcando a sua presença. Ressaltou ser impossível, nos dias atuais, se pensar em setor primário de produção sem imaginar uma boa organização cooperativista. "A própria China, por exemplo, tem a sua estrutura agrícola montada em cima do cooperativismo. A agricultura européia, totalmente di-

versificada, e onde pretendemos chegar um dia, também está assentada no cooperativismo."

O diretor presidente elogiou a participação da mulher augustanense, principalmente por acontecer numa época em que a sociedade brasileira ainda não atua concretamente em favor da mulher rural. "As senhoras devem estar orgulhosas de sua organização, reivindicando e lutando por seus direitos, sabendo o que querem e querendo cada vez mais ocupar seus espaços com posição de participação". Para Ruben toda a atividade é uma atividade da família e não apenas do homem "e o que nós precisamos conquistar é uma perfeita integração de toda a família". Ressaltou, por fim, que a Cooperativa precisa não só do apoio da família associada, mas que seja entendida na sua organização e nas suas limitações.

O Sindicato como instrumento de luta

Dari Marconato, representando a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), iniciou sua palestra sobre Previdência e Sindicalismo no II Encontro Integração da Mulher Rural de Augusto Pestana, convidando as mulheres a participarem mais ativamente da vida sindical. Mas ressaltou que a mulher tem o direito de escolher a hora certa para fazer a sua sindicalização. "A mulher só deve se associar quando realmente acreditar que o Sindicato é um instrumento de luta, capaz de levar suas reivindicações adiante". Segundo Marconato, o bom associado não é aquele que paga sua mensalidade religiosamente, mas aquele que está na luta, na

frente da classe. Como alerta, lembrou que quem buscar o sindicato pensando numa futura aposentadoria, está agindo erradamente, "pois quem aposenta o agricultor é o Funrural, e não o sindicato".

Citando um exemplo de como a mulher do Norte/Nordeste tem uma participação mais marcante, lembrou a líder sindical Margarida do estado de Pernambuco, "morta à balas, em agosto passado, dando sua vida para defender não apenas as mulheres, mas também os posseiros da região". Contou ainda, assinalando os momentos tristes dos sindicalismo, que só em 1983 morreram cerca de 20 sindicalistas do Nordeste na luta pela posse da terra. "Lá prá cima, a luta é pela posse da terra. Só no ano passado houve 296 grandes conflitos, abrangendo mais de 300 famílias em cada um deles. De agricultores e líderes como vocês, não tem quantia os que já perderam a vida na luta pela posse da terra".

COMO ASSOCIAÇÕES

Relembrando um pouco da história do sindicalismo, Marconato contou que o movimento sindical passou por diferentes etapas. Até 1930 o movimento sindicalista existia sob a forma de associações, "mais livres e mais autênticos, vinculados aos trabalhadores e lutando em cima dos seus problemas". A partir de 1930, as associações se transformaram em sindicatos, sob a tutela do Ministério do Trabalho. "Daí em diante, os líderes sindicais, principalmente os urbanos, que se aventuraram a tomar posições mais fortes são enquadrados na Lei de Segurança Nacional e afastados de seus sindicatos. No meio urbano é bastante comum a intervenção do

Governo nos sindicatos. Nos sindicatos rurais a história não registra nenhuma intervenção".

Desde 1962, quando começaram a se formar os primeiros sindicatos rurais, a maior luta tem sido sempre em cima da Previdência, na busca de melhor assistência para o homem do campo. E até hoje os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não têm tido outras conquistas a não ser em cima da Previdência. As primeiras conquistas que beneficiaram o homem rural ficam com a aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão para viúvas, pensão para acidentes de trabalho. Em caso de acidente de trabalho, nem a mulher e nem o jovem menor de 18 anos, que trabalham com a mesma força na lavoura, tem direito a qualquer auxílio.

Outras conquistas dizem respeito ao Estatuto da Terra, que já vai completar 19 anos de papel, e a portaria 2.576, de 81, que elimina a participação do agricultor no pagamento das despesas hospitalares. "Foi uma conquista sem muito efeito, pois até hoje nem os médicos e nem os hospitais obedecem a portaria, alegando que o subsídio que vem do Funrural é insuficiente para cobrir as despesas". Esta mesma portaria prevê ainda, quando necessário, a transferência do paciente para hospitais especializados, sem nenhum gasto, "mas o agricultor sempre acaba desembolsando algum dinheiro para pagar o que já está pago".

MAIS FORTE

Marconato também falou do Projeto da Previdência, que atualmente encontra-se na Câmara Federal, em Brasília,

esperando pela aprovação, e feito a partir das bases, envolvendo mais de 2.000 reuniões com agricultores e mais de 200 mil assinaturas. Dentro deste projeto existem 18 benefícios sendo reivindicados, inclusive envolvendo a mulher. "A resposta das autoridades é a de que não existe dinheiro para custear o projeto. Mas caso ele seja aprovado, temos que nos preparar para uma luta muito maior e mais forte, no sentido de que ele seja cumprido".

UMA ARMADILHA

Mas se os Sindicatos neste tempo todo obtiveram alguns benefícios, eles cometeram o erro de tomar para si a assistência médica e odontológica prestada aos produtores rurais, segundo Marconato. "Caimos numa armadilha" e hoje tem associados culpando seu sindicato por não prestar assistência. Só que assistência médica e odontológica não é obrigação do Sindicato, mas sim do Funrural, que desconta de forma indireta, sem o produtor perceber, 2,5 por cento da sua produção. É do Funrural que o agricultor deve cobrar assistência. "Os sindicatos estão pagando um preço alto por terem assumido a assistência, "Sabemos que alguns sindicatos, por falta de recursos do Funrural, andam aplicando até 70 por cento de sua renda própria na cobertura das despesas em assistência". Para exemplificar melhor a situação, Dari contou que tem conhecimento de um sindicato que recebe do Funrural a quantia de Cr\$ 60 mil para cobrir os custos do gabinete dentário, quando a despesa mensal é de Cr\$ 500 mil. "Ele tem de desembolsar Cr\$ 440 mil para cobrir as despesas".



Dari Marconato: Sindicato não é Funrural

A tuna serve para fixar o inoculante



Os bons resultados numa lavoura consorciada de trevo e trigo

Quem diria que a resina de uma planta conhecida por tuna pudesse ser utilizada como aderente do inoculante à semente? A experiência foi feita pelo seu Ludwik Mrozinski, de Rincão dos Paiva, em Santo Augusto, que na hora de fazer uma lavoura de trevo vermelho usou um pouco de resina de tuna para fixar o inoculante às sementes, em vez do celofas (produto aderente recomendado). Os resultados foram excelentes, como conta o Valmir Franco, genro do seu Ludwik:

— A lavoura está lá prá ver. Não tem outra tão linda por perto. E olha que já andávamos meio descrentes de lidar com trevos sem tirar nenhum proveito.

No ano passado o seu Ludwik e o Franco fizeram uma lavoura de trevo branco, mas o inoculante não pegou e o resultado não apareceu. “Logo depois do plantio, faltou chuva e o trevo não garantiu nada”, diz o Valmir, que este ano plantou em sociedade com o sogro 10 hectares de trevo vermelho consorciado com trigo.

Querendo comprovar melhor os resultados da inoculação com resina de tuna, o Valmir anda programando fazer, já para a próxima safra de verão, duas lavouras demonstrativas com soja. Numa área pretende plantar semente inoculada com resina e na outra deixar sem o inoculante.

A experiência com a resina de tuna aconteceu, porque na hora de inocular as sementes de trevo faltou o produto recomendado, como lembra o Osmar Menegon, técnico agrícola da Unidade de Santo Augusto e responsável pela assistência técnica das lavouras do seu Ludwik. Aproveitando um pé de tuna de perto de casa, o seu Ludwik sugeriu fazer uma experiência, para ver se dava algum resultado. O Menegon explica melhor:

— Ainda não tinha feito tal experiência, mas o pessoal lá da granja falava muito que podia dar certo. Até já tinham usado a resina da tuna nas pinturas dos galpões, como aderente do cal à madeira. Em princípio tínhamos pensado em usar água açucarada, mas algumas experiências tinham nos comprovado que nem sempre os resultados são os esperados, pois assim que a água secava, o inoculante se soltava da semente.

RECEITA SIMPLES

Inocular semente com resina de tuna não tem segredo. A receita é simples e fácil de ser seguida por qualquer produtor. “E não tem trabalhadeira”, assegura o Menegon. O trabalho maior é cortar um galho de tuna, de mais ou menos um quilo, retirar os espinhos, e jogar dentro de um galão, com um litro de água quente. Quanto mais quente estiver a água, mais depressa a resina se solta. Deixar em repouso por uns 10 minutos e acrescentar mais uns 10 litros de água fria, para dissolver melhor a mistura, que fica semelhante ao verniz, firme e pegajosa. Pronta a resina, é só misturar a semente, juntando também o inoculante, na medida adequada e fazer o plantio logo em seguida. No caso da lavoura do seu Ludwik, como os trevos estavam sendo plantados em consórcio com o trigo, foi usado um pouco mais de resina, cerca de 100 mililitros para cada cinco quilos de semente.

— A secagem foi rápida. Em pouco mais de 10 minutos, deu para fazer o plantio da semente.

O plantio do trigo e do trevo foi feito numa pegada só, tomando o cuidado de mexer volta

e meia as sementes dentro da semeadeira, para que caíssem uniformemente na terra. Segundo o Menegon, apesar da semente de trevo ser bem menor que a do trigo, houve uma boa densidade das plantas consorciadas. “Logo depois do plantio deu uma chuva grande, provocando uma certa compactação no solo, mas mesmo assim, a germinação, tanto do trigo como do trevo, foi muito boa”.

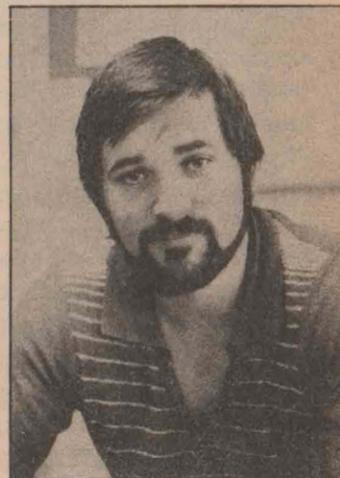
Em termos de economia para o bolso do produtor, o Menegon garante que não tem com o que comparar a resina de tuna. O produtor terá apenas que adquirir o inoculante. A tuna, se não tiver por casa, encontra pelas vizinhanças. Outra vantagem é que qualquer semente, seja de trevo, alfafa, soja, etc., pode ser inoculada com a resina de tuna, “que funciona muito melhor que estes aderentes que o pessoal está acostumado a usar. De um pedaço de tuna o pessoal pode retirar a resina mais de uma vez, que os resultados são os mesmos. “De um galho só, o produtor pode plantar muita semente”, acrescenta o Menegon.

DE LITERATURA

O consórcio do trigo com



Valmir Franco: comprovar resultados



Osmar Menegon: economia garantida

trigo é outra novidade, segundo o Menegon, que só tinha conhecimento através de literatura. Na prática, garante que nunca tinha feito nada parecido e nem soube de alguém que tivesse plantado trevo consorciado com o trigo. Diz o Menegon:

— A escolha do trigo para plantar junto com o trevo, pelo menos neste primeiro ano, foi justamente para haver uma melhor exploração da terra. Desta forma, eles farão duas colheitas de inverno numa mesma área: a do trigo e a do trevo. No próxi-

mo inverno vamos introduzir, em plantio direto, a aveia e o azevém para formar pastagem.

Segundo o Menegon a experiência também serviu para comprovar que o consórcio de trevos com trigo não só é bom para as plantas como também para o solo. A nodulação nas raízes dos trevos foi excelente e o desempenho do trigo melhor ainda. “No ano seguinte é só o produtor aproveitar a área para pastagem, que os trevos já estão prontos, e plantar o trigo em outra lavoura.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

CARTA SINDICAL Nº 154.823/64 DE 30.11.1965

Em cumprimento ao disposto no Decreto Lei nº 6.386 de 09.12.1976, publicamos a seguir o resumo da Suplementação de Verbas à Previsão Orçamentária para o exercício de 1983, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 1983.

Contas	Renda própria Cr\$	Renda sindical Cr\$	Total Cr\$
RECEITA:			
Renda Tributária.....		2.500.000,00	2.500.000,00
Renda Social.....			3.000.000,00
Renda Patrimonial.....	3.000.000,00		3.000.000,00
Renda Extraordinária			
Mobilização de Capitais			
TOTAL GERAL.....	3.000.000,00	2.500.000,00	5.500.000,00
DESPESA:			
Administração Geral			
Contrs. Regulamentares			
Assistência Social.....	1.000.000,00	2.500.000,00	3.500.000,00
Outros Servs. Sociais.....	2.000.000,00		2.000.000,00
Assistência Técnica			
Desps. Extraordinárias			
TOTAL DO CUSTEIO ...	3.000.000,00	2.500.000,00	5.500.000,00
Aplicação de Capitais			
TOTAL GERAL.....	3.000.000,00	2.500.000,00	5.500.000,00

Ijuí/RS, 30 de novembro de 1983
 CARLOS KARLINSKI Presidente
 FREDERICO CASALI Tesoureiro
 ARLINDO BAUERMANN Técnico em contabilidade CRC. RS nº 22.688

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

CARTA SINDICAL Nº 154.823/64 DE 30.11.1965

Em cumprimento ao disposto no Decreto Lei nº 6.386 de 09.12.1976, publicamos a seguir o resumo da Previsão Orçamentária para o exercício de 1984, aprovada em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de novembro de 1983.

Contas	Renda própria Cr\$	Renda sindical Cr\$	Total Cr\$
RECEITA:			
Renda Tributária.....		9.000.000,00	9.000.000,00
Renda Social.....	116.422.000,00		116.422.000,00
Renda Patrimonial.....	16.000.000,00		16.000.000,00
Renda Extraordinária ...	22.715.000,00		22.715.000,00
Mobilização de Capitais			
TOTAL GERAL.....	155.137.000,00	9.000.000,00	164.137.000,00
DESPESA:			
Administração Geral.....	52.082.000,00		52.082.000,00
Contrs. Regulamentares.....	400.000,00		400.000,00
Assistência Social.....	97.456.000,00	8.600.000,00	106.056.000,00
Outros Servs. Sociais.....	4.219.000,00		4.219.000,00
Assistência Técnica.....	260.000,00		260.000,00
Desps. Extraordinárias			
TOTAL DO CUSTEIO ...	154.017.000,00	9.000.000,00	163.017.000,00
Aplicação de Capitais ...	1.120.000,00		1.120.000,00
TOTAL GERAL.....	155.137.000,00	9.000.000,00	164.137.000,00

Ijuí/RS, 30 de novembro de 1983
 CARLOS KARLINSKI Presidente
 FREDERICO CASALI Tesoureiro
 ARLINDO BAUERMANN Técnico em contabilidade CRC. RS Nº 22.688

Leite: os prejuízos da acidez

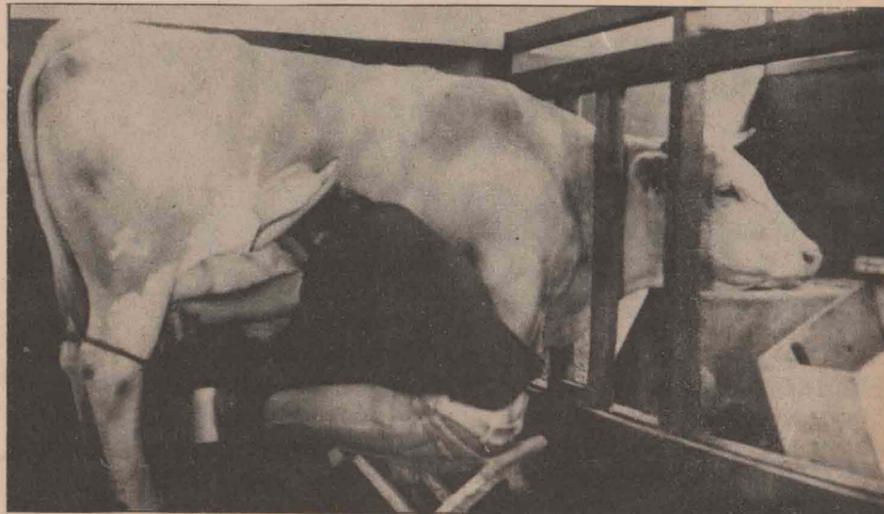
Os produtores de leite da Região Pioneira deixaram de ganhar Cr\$ 3 milhões e 881 mil no mês de outubro só em função de prejuízo com a acidez do produto. Se somado este prejuízo às perdas com leite condensado, que nem é recebido na plataforma da indústria, deixou de circular pela Região uma quantia considerável de dinheiro: Cr\$ 7 milhões e 347 mil.

Os cálculos sobre este prejuízo com a produção de leite foram feitos por Alaor Daltrozo, do Setor de Pecuária Leiteira da Cotrijuí. Ele levou em conta a diferença entre o preço do leite normal e do leite ácido, depois de descontadas as taxas de Funrural, capitalização, e frete, e multiplicou este valor pela quantidade de leite ácido recebido nas plataformas de Ijuí, Ajuricaba e Santo Augusto. O prejuízo com o leite condensado é maior ainda, pois o produtor não ganha nada pelo produto nestas condições, e que inclusive nem é recebido pela indústria. O leite condensado é aquele que as análises indicam que está agüado, foi desnatado ou foi adulterado de

qualquer outra forma.

O levantamento do Alaor também mostra que os meses de maior prejuízo com a acidez são exatamente os de verão, com um pique em janeiro e fevereiro. Os menores problemas acontecem durante o inverno, especialmente nos meses de junho e julho.

É preciso observar no quadro abaixo, que aponta o volume de produção e também os prejuízos com acidez e leite condensado, que nas plataformas de Ajuricaba e de Santo Augusto, o leite ácido também é considerado como leite condensado. Isto acontece em função da distância da usina de beneficiamento, não dando condições de aproveitar este leite na fabricação de queijos de segunda linha, como acontece com o leite ácido recebido na plataforma de Ijuí. Assim o produtor nem recebe a diferença de pagamento entre o produto normal e o ácido, aumentando ainda mais o seu prejuízo. Esta mecânica foi adotada em Ajuricaba a partir de abril de 82 e em Santo Augusto a partir de junho do ano passado.



O cuidado na ordenha é importante para evitar a acidez



Parte do leite ácido nem é recebido pela indústria

MESES	Leite normal (l)		Leite ácido (l)		Leite condensado (l)		Prejuízo com acidez (Cr\$)		Prejuízo com condensado (Cr\$)		Prejuízo total (Cr\$)	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983
Janeiro	2.330.587	2.163.100	125.747	125.781	1.841	52.229	1.886.205,00	4.175.929,20	37.979,83	2.175.337,85	1.924.184,83	6.351.267,05
Fevereiro	1.823.069	1.878.209	127.989	65.385	4.177	46.629	1.919.835,00	2.179.935,90	86.171,51	1.948.625,91	2.006.006,51	4.128.561,81
Março	1.913.640	1.838.744	105.434	37.822	1.369	30.653	1.581.510,00	1.658.872,92	28.242,47	1.677.332,16	1.609.752,47	3.336.205,08
Abril	1.538.981	1.327.629	59.979	38.538	7.966*	22.170	1.264.357,32	1.718.024,04	212.771,86	1.229.104,80	1.477.129,18	2.947.128,84
Mai	1.358.823	1.108.208	45.771	40.555	6.807	27.605	975.837,72	1.815.647,35	1.092.957,25	1.535.666,15	2.068.794,97	3.351.313,50
Junho	1.479.965	1.250.587	35.232	13.910	10.896**	14.463	819.144,00	872.852,50	417.439,10	1.128.692,52	1.236.583,10	2.001.545,02
Julho	1.843.572	1.408.581	37.628	17.050	17.563	12.831	967.415,88	1.068.864,50	553.613,50	1.000.561,38	1.521.029,38	2.069.425,88
Agosto	2.134.893	1.680.306	53.105	17.757	23.574	25.767	1.365.329,55	1.106.261,10	576.569,79	1.999.261,53	1.941.899,34	3.105.522,63
Setembro	2.385.096	1.933.052	55.726	23.998	24.305	19.091	1.426.028,34	1.713.217,22	786.266,75	1.708.644,50	2.212.295,09	3.421.861,72
Outubro	2.352.096	2.089.464	64.775	46.482	27.677	34.487	1.657.592,25	3.881.711,82	895.350,95	3.645.955,64	2.552.943,20	7.347.667,46
Novembro	2.033.124		116.592		51.498		3.117.670,08		1.739.602,44		4.857.272,52	
Dezembro	2.237.717		112.083		55.518		3.502.593,75		2.204.064,60		5.706.658,35	

As causas e a prevenção

Não é por acaso que o leite fica ácido. Vários fatores, que poderiam ser controlados, contribuem para alterar a composição do produto que sai de dentro da vaca em perfeitas condições. São os ambientes, os vasilhames, e os tetos das vacas contaminados, mais as altas temperaturas e ainda o espaço de tempo entre a ordenha e a entrega do produto nas plataformas das indústrias os fatores responsáveis pela acidez do leite. É claro que em alguns casos a acidez já é provocada por uma doença do animal — como as mastites — mas na maioria destas vezes o problema já pode ser notado no próprio momento da ordenha.

O mais difícil é controlar a acidez provocada por fatores externos. Aí é preciso muito capricho e atenção das pessoas envolvidas tanto com a produção quanto pela coleta do produto. A contaminação, por exemplo, pode acontecer de várias formas, pois os germes que alteram a composição do leite estão em tudo quanto é lugar. Estes germes se desenvolvem

principalmente na matéria orgânica em decomposição, como a urina dos animais, restos de leite, esterco, etc.

Até uma hora e meia depois da ordenha o leite tem propriedades naturais que dificultam a multiplicação destes germes. Depois desse tempo, uma geração de germes pode se multiplicar 100 vezes em apenas meia hora, como explica o veterinário Otalíz de Vargas Montardo. E quanto mais quente for o tempo, mais rápida se dá esta multiplicação.

LIMPEZA É FUNDAMENTAL

A limpeza é um fator fundamental na atividade leiteira. As recomendações técnicas não apresentam sugestões tão difíceis de serem seguidas pelo produtor, conforme o Otalíz procura deixar claro. O estábulo, por exemplo, deveria ter piso de cimento, para facilitar a limpeza diária do local da ordenha. Os pisos de madeira permitem que os restos de esterco, de urina e de leite se depositam entre as frestas, o que impede uma limpeza eficiente. O

ideal também é que exista água corrente junto ao estábulo, para facilitar todo o trabalho. A lavagem do estábulo deve ser diária, e uma ou duas vezes por semana ainda é preciso misturar na água um pouco de creolina ou de soda cáustica, lavando também as paredes, que devem ser pintadas com cal.

A higiene da vaca e do ordenhador também são pontos que não podem ser esquecidos. Na ordenha manual, é importante lavar as mãos com a água e sabão antes de iniciar o trabalho e também entre a ordenha de uma vaca e outra. Este cuidado evitará a contaminação dos animais e também que se passe uma eventual doença de uma vaca para a outra. Na ordenha mecânica é recomendado lavar o aparelho com água corrente entre uma vaca e outra, buscando também evitar a transmissão de doenças.

CUIDADOS NA ORDENHA

Na hora da ordenha também devem ser lavados os tetos das vacas. Não se deve usar panos molhados para este serviço, pois a limpeza será superficial, além de se correr o perigo de transmitir as doenças de um animal para o outro. O certo é lavar apenas com água — de preferência

morna — e trocar a água do balde entre um animal e outro. Para secar também não se deve usar o pano. O melhor é secar com toalhas de papel ou mesmo deixar os tetos molhados. Para verificar se a vaca está livre de mastite deve-se tirar um jato de leite em uma vasilha, evitando sujar o chão, e tirar mais dois jatos para eliminar as bactérias que seguramente estão nos tetos das vacas.

A limpeza ainda deve incluir os vasilhames que, logo após o uso, devem ser bem lavados com água e sabão, enxaguados com água quente e postos a secar de boca para baixo. Duas vezes por semana os tarros devem ser desinfetados.

O leite tirado à tarde para ser entregue no outro dia precisa ser resfriado, guardando no congelador, na geladeira ou mesmo em algum riacho ou fonte com água corrente. O leite guardado no congelador ou na geladeira deve ser remexido algumas vezes, para evitar a formação de uma crosta de nata que impede o resfriamento parelho do produto. É preciso também cuidar para não misturar leite resfriado com o leite ainda morno, pois o choque das temperaturas provoca a acidez.

Hospital Bom Pastor agora com ortopedista

Desde novembro o Hospital Bom Pastor, de Ijuí, conta com mais um profissional no seu corpo clínico, ampliando o serviço de atendimento também para a área de ortopedia e traumatologia. O médico é o ijuicense Mário Walter Michel, formado pela Universidade Federal de Santa Maria, com um ano de estágio e dois anos de especialização em ortopedia e traumatologia no Hospital Independência, em Porto Alegre.

Por enquanto ele tem apenas convênio para atender usuários da Unimed, mas já encaminhou solicitação para atendimento de associados do IPE e do

INPS. Com a sua chegada, o hospital também se aparelhou para atender melhor os casos de fraturas de ossos e outros problemas que exigem o atendimento de um ortopedista. Foi comprado um aparelho de Raio-X, para as radiografias, e também todo material cirúrgico específico.

O médico atende no Hospital Bom Pastor em dois turnos, e mais em plantões e casos de urgência. A partir da segunda quinzena de dezembro, entretanto, estará no hospital apenas na parte da manhã, e à tarde prestará atendimento no consultório particular (rua Álvaro Chaves, 78).

Informe técnico sobre inseminação

A inseminação artificial em bovinos é o assunto do sétimo informe técnico publicado pela Diretoria Agrotécnica da Cotrijuí com o objetivo de servir como um guia aos produtores interessados em adotar a inseminação artificial em sua propriedade. A publicação será distribuída durante reuniões nos núcleos, quando técnicos e veterinários da Cooperativa estarão dando informações sobre esta técnica e discutindo as formas de possibilitar que um maior número de produtores passe a adotá-la.

Antes desta publicação, a Diretoria Agrotécnica já publicou outros informes e cadernos

técnicos, abordando assuntos como o controle da mastite, a importância da inoculação de semente, o valor da cobertura vegetal do solo, classificação e tipificação de carcaças de bovinos, sugestões para controle de insetos que atacam plantas forrageiras e rumos da pesquisa agrícola e sua adequação à realidade do produtor.

Na publicação sobre inseminação artificial é explicado o funcionamento desta técnica, a sua importância na redução dos custos de produção, e ainda recomendações aos criadores para se conseguir os melhores resultados com a inseminação artificial.

Especialista em arquivo orienta a Cotrijuí

"A informação é necessidade de todos, e todos como usuários devem colaborar na organização das informações". A afirmação é de Hâmida Helluy, arquivista, bibliotecária, administradora de empresas e especialista em Organização e Métodos e processamento de dados, que passou três dias na Cotrijuí fazendo um diagnóstico do sistema de arquivos empregado na Cotrijuí e propondo algumas medidas práticas para melhorar a organização dos seus papéis e documentos.

Ela participou de reuniões com a diretoria, encarregados de setores e também com os funcionários que lidam diariamente com um grande número de documentos que precisam ser arquivados. Ela sugeriu algumas inovações no sistema adotado pela cooperativa, buscando racionalizar o espaço ocupado com o arquivo e permitir um fluxo adequado das informações. Destacou também a importância de treinar os funcionários para que conheçam bem a sua função e sua responsabilidade dentro da empresa. Segundo ela, não será muito difícil adequar o sistema adotado pela Cotrijuí dentro de padrões mais avançados de ar-



Hâmida: rapidez na consulta

quivo, mesmo porque já existe um trabalho em andamento e a cooperativa conta com profissionais capacitados para esta função. O que não se pode, de acordo com Hâmida, é descuidar deste trabalho:

— O arquivo tende cada vez mais a tomar o aspecto de um instrumento de ação que permita disciplinar o fluxo dos documentos, tornando-o mais atuante conforme as exigências da empresa. É preciso usar métodos adequados à empresa, conhecidos e suficientemente funcionais, mantendo a documentação em ordem e permitindo uma rapidez na consulta.

Fidene faz convênios na Europa

Intensificar intercâmbios culturais, técnicos e científicos da Fidene/Unijuí com universidades, instituições e outros organismos; identificar oportunidades para qualificar recursos humanos e estágios para técnicos da Fidene/Unijuí, pessoal de sindicatos, de pequenas e médias empresas, de cooperativas e agricultores; identificar organismos capazes de apoiar financeiramente os projetos de extensão da Fidene/Unijuí, foram os objetivos que levaram o presidente da Fidene/Unijuí, Adelar Baggio a passar 32 dias viajando pela Europa. Acompanhado pelo coordenador do convênio Fecotriço/Fidene, Telmo Frantz, Baggio visitou a Alemanha Federal, Dinamarca, Suíça, Bélgica, França e Itália.

Como resultados concretos Baggio acertou o anteprojeto de convênio e declaração de intenção com a Université Coopérative International, de Paris; a declaração de intenção com o Laboratoire d'Economie Internationale, de Montpellier, também da França; o protocolo de coo-



Baggio: intercâmbio com os europeus

peração com o Centro d'Estude de l'Amérique Latine de l'Institut de Sociologie de l'Université Libre de Bruxelles, na Bélgica e ainda a declaração de intenção com o Instituto de Cooperativismo da Universidade Wilhelm do Estado de Westfalia, na Alemanha Federal. Em tramitação, encontram-se mais cinco convênios da Fidene/Unijuí com uni-

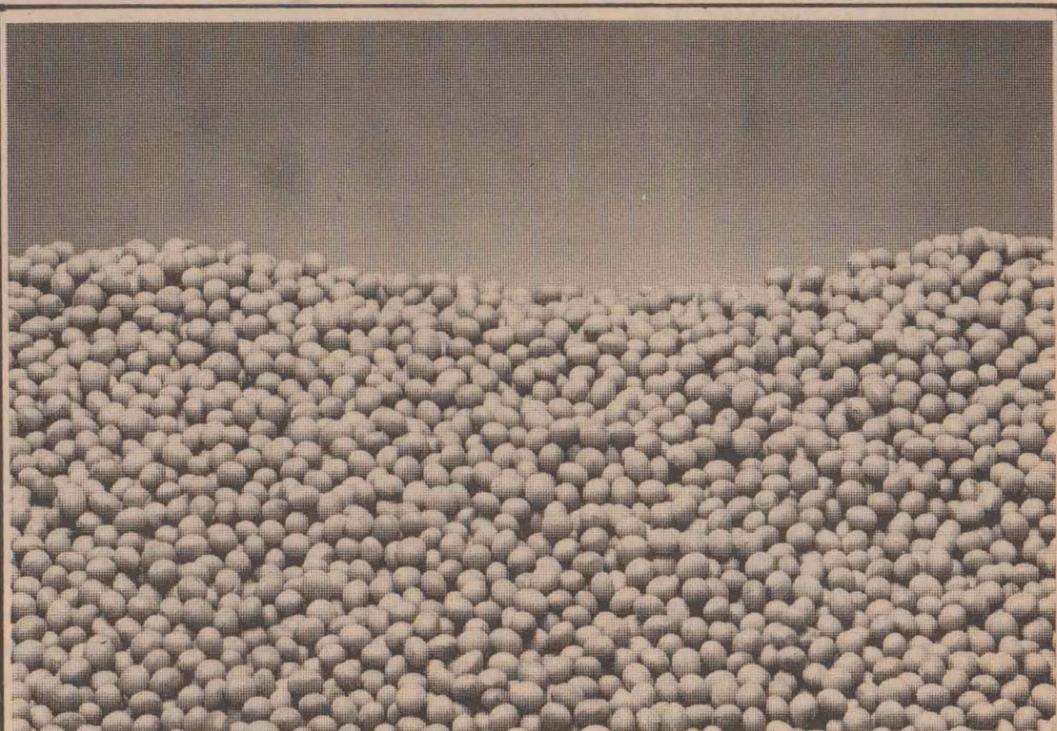
versidades da Bélgica, Alemanha Federal, Suíça e Itália.

MUITO O QUE APRENDER

Segundo Telmo Frantz, os convênios já acertados não têm um sentido unilateral, "porque sempre deixamos claro para as universidades europeias que não queríamos apenas transferência de tecnologia". Os europeus também têm muito o que aprender com a Fidene. "Nós mandamos gente estudar lá, mas também queremos que gente deles venha fazer pesquisa no Brasil".

A viagem proporcionou ainda que mais de 100 instituições europeias passassem a conhecer o trabalho da Fidene/Unijuí, as idéias do cooperativismo, do sindicalismo rural, das pequenas e médias empresas, das Prefeituras e programas de extensão da instituição.

Segundo Baggio, parte do sucesso alcançado na viagem foi graças ao apoio do Ministério da Educação e Cultura e do Itamarati, este último responsável pela maioria dos contatos através das Embaixadas brasileiras.



É ISSO QUE DÁ

POUNCE* 384CE na soja dá fim nas lagartas e percevejos, dá segurança na aplicação, dá melhor colheita, dá resultado, dá sempre certo e dá sossego pra quem usa.



FMC* Divisão Agroquímica
FMC do Brasil S.A.
Rua Maria Monteiro, nº 620 - Cambuí
Telefone: (0192) 52.8999 - CEP 13.100
Campinas - SP - Telex 0191439 FMCM BR

DÁ MAIS LUCRO E EFICIÊNCIA PRA VOCÊ

*Marcas Registradas da FMC Corporation

Uma proposta que busca novos caminhos na produção

"Através do Centro de Treinamento temos procurado desenvolver coisas simples, resgatando coisas do passado, como a galinha cai-pira criada solta no quintal, ou adaptando novas variedades de acordo com a realidade da região", disse o diretor agrotécnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros, ao falar aos representantes da Regional Pioneira sobre a importância do CTC para os produtores da região. "Na nossa proposta também queremos recuperar culturas desaparecidas na intenção de diminuir nossa dependência com relação a sementes que precisam vir de fora".

O encontro no Centro de Treinamento entre os representantes recém eleitos, os representantes que entregavam seus cargos, a direção da Cotrijuí, o pessoal técnico e comunicadores, aconteceu no dia 28 de outubro. Durante todo o dia, através de palestras, debates e visitas às lavouras experimentais, os representantes puderam conhecer mais de perto todas as atividades do Centro em termos de pesquisa nas áreas de forrageiras, suinocultura, avicultura, piscicultura, fruticultura, ou solos. Foi a oportunidade dos representantes conhecerem todos estes trabalhos e ainda o quanto tudo isto representa em termos de custos para a Cotrijuí. Os debates mais calorosos giraram em torno da definição de viabilidades para manter o CTC, sem onerar tanto a Cotrijuí.

O Renato Medeiros vê o Centro de Treinamento como uma das alternativas de se buscar novos caminhos, "pois o milagre já terminou, e o dinheiro que entrou foi dos petrodólares, que os poderosos estão tentando resgatar de volta". De certa forma, o lucro exagerado jogou fora uma série de valores humanos e que, segundo o Renato Medeiros, precisam ser recuperados. "Temos de recuperar nossa capacidade criativa. Já fomos receptivos demais".

O RECONHECIMENTO DO TRABALHO

Os benefícios que os trabalhos de pesquisas realizados pelo CTC trazem para os produtores da região foram reconhecidos pela maioria dos representantes presentes ao encontro. O que alguns deles questionaram foi o custo do CTC para a Cotrijuí. O seu Anatalino dos Santos, representante recém eleito pela Unidade de Ijuí, disse que se o produtor acha que o CTC é válido, ele tem que procurar recursos financeiros junto ao Governo para manter o Centro, "sem que a Cooperativa precise ti-



Os representantes conheceram o trabalho do Centro de Treinamento e discutiram as formas de cobrir seus custos de manutenção

rar dinheiro de outras áreas para mantê-lo. Os Ministérios que nos ajudem na parte financeira, pois é um benefício para a Nação", reforçou. Um outro representante sugeriu, como forma de aumentar a receita e diminuir as despesas, uma redução na área de pesquisa e um maior incremento na área de produção. Esta proposta não foi bem vista por outros representantes, lembrando que o CTC não visa lucro. "O lucro vem indiretamente, com a introdução de novas variedades nas nossas lavouras", eles ressaltaram.

José Ataídes Conceição, representante da Unidade de Jóia, garantiu que a maioria dos associados reconhece a validade da pesquisa feita pelo CTC, mas o que assusta um pouco é o "assumir a dívida". Também acho que o CTC está muito fechado, e seu trabalho não está chegando até a lavoura do produtor. Por isso, eu indago: não seria mais viável introduzir lavouras demonstrativas em cada Unidade?" Um outro representante, de Ijuí, também recém eleito, Santo Antônio Dezordi, disse que não é hora de "sentar para trás. Temos que discutir o que precisamos e não o que queremos. O CTC precisa existir, pois não podemos continuar arriscando alternativas".

POLÍTICA DE PRODUÇÃO

Segundo o diretor agrotécnico a proposta de trabalho apresentada pelo CTC é diferente das realizadas pelas demais instituições de pesquisa que existem pelo país afora. "A nossa pesquisa é uma síntese das de-

mais, só que adaptadas à realidade de nossa região. Temos procurado recuperar e estudar cientificamente a tecnologia do produtor, que andou desaparecendo com todo o processo da monocultura. Ruben Ilgenfritz da Silva, diretor presidente da Cotrijuí, presente ao encontro, reforçou esta idéia, dizendo que o CTC tem uma proposta de política de produção, "não a partir de incentivos da televisão, mas a partir da decisão dos próprios produtores". Disse ainda que nenhuma outra instituição do país faz o que o CTC tem feito em termos de pesquisa. "O nosso maior desafio é sair da monocultura e entrar na diversificação. Temos de tudo um pouco daquilo que pesquisam por aí, e vejo o CTC como um barco para atravessarmos o grande lago. O final da pesquisa é na lavoura do produtor, e jamais seremos autosuficientes ou donos do nosso nariz se não investirmos em pesquisa".

COMO VIABILIZAR

As discussões se animaram mesmo, quando tocou dos representantes definirem viabilidades para dar continuidade às atividades do CTC, procurando uma forma para cobrir o déficit de pouco mais de Cr\$ 70 milhões estimados para este ano. Alguns representantes eram plenamente favoráveis ao uso de parte da verba do Funrural que fica na Cooperativa como resultado de um convênio com o IAPAS. A Cooperativa retém 25 por cento sobre o desconto de 2,5 por cento da produção comercializada, que se desti-

na ao Funrural. Os representantes de Ijuí, não abriam mão da verba, alegando que deveria ser aplicada em saúde. Depois de muita discussão, os representantes decidiram destinar parte da verba para o CTC e o restante para aplicar na área de saúde.

A unidade de Tenente Portela destinou apenas 10 por cento para o CTC. O restante, 90 por cento, quer que seja aplicado na formação de um Centro de Pesquisa na sua região, a menos beneficiada com os trabalhos do CTC, por apresentar características de produção diferentes. Santo Augusto, Augusto Pestana e Ijuí destinaram 30 por cento para o CTC e 70 para a área de saúde. Coronel Bicaco 20 por cento para o CTC; 60 por cento para a saúde e 20 por cento para a assistência técnica. Chiapetta destinou 40 por cento para o CTC, 40 por cento para a saúde e 20 por cento para a assistência técnica. Ajuricaba liberou 10 por cento para o CTC. O restante da verba quer que seja aplicada em saúde. Jóia destinou 20 por cento para o CTC e 80 por cento para a saúde. Estas decisões tomadas pelos representantes são válidas apenas para o exercício de 83.

No final do encontro o diretor presidente da Cotrijuí voltou a reforçar a importância da participação do quadro social nas decisões da cooperativa, e também na entrega de produção. "A força da Cooperativa está na participação. Vamos vencer pelo diálogo, pela razão e pelo consenso".

Os trabalhos em andamento

O encontro no Centro de Treinamento também serviu para que os representantes conhecessem mais de perto o trabalho que a Cotrijuí vem desenvolvendo na área da pesquisa. Entre um debate e outro, o pessoal saía à campo, para dar uma olhada nos projetos de piscicultura, avicultura, suinocultura. Ou então, para conhecer alguma lavoura experimental de forrageira, tremoço doce, milho, colza, etc. A seguir um resumo de todos os trabalhos ora em andamento no CTC:

1. Tremoço doce

Desde 1973 o CTC vem trabalhando com o tremoço doce como planta recuperadora do solo. Em 1979, iniciou um programa de introdução de cultivares de tremoço doce, isenta de lupininas (uma substância tóxica). Estes tremoços podem ser usados tanto na alimentação animal como humana. Estas coleções vieram do Chile, Portugal e Austrália. A finalidade do trabalho é selecionar linhagens e cultivares mais adequadas às condições climáticas da região. O CTC conta hoje com 3.000 seleções das cultivares **Multolupa**, **Precoce Original**, **Tetra** e **Ilyarrie**.

2. Aveia

O CTC começou a trabalhar com aveia em 1976, introduzindo e avaliando algumas linhagens e cultivares. Um outro programa, de produção de semente básica, vem sendo conduzido para a multiplicação de sementes de cultivares promissoras.

Em 1983 foram implantadas os seguintes experimentos:

- Introdução de linhagens e cultivares
- Ensaio preliminar
- Ensaio Regional
- Ensaio Sulbrasileiro
- Avaliação de aveias de duplo propósito.

Atualmente, estão sendo testadas 797 linhagens de aveia para seleção das cultivares promissoras para a região.

3. Colza

O CTC começou a estudar o comportamento da colza na região Noroeste do estado a partir de 1974. Em 80, com a criação do Comitê da Colza, outras instituições de pesquisa também passaram a desenvolver um trabalho de pesquisa com esta cultura. A colza tem sido considerada como uma alternativa agrônômica viável para a agricultura da região, apesar dos problemas que apresenta.

Atualmente estão sendo avaliadas 80 linhagens selecionadas de um material genético recebido da Alemanha, França, Suécia, Espanha, Chile e Canadá.

Experimentos conduzidos pelo CTC:

- Ensaio comparativos de rendimentos
- Desenvolvimento de novas cultivares de colza
- Seleção de linhagens de colza
- Introdução, competição

e formação de semente genética de cultivares e linhagens de colza.

- Produção de semente básica de colza.

4. Caupi

Os trabalhos com o caupi, também conhecido como feijão miúdo, vêm sendo conduzidos com a finalidade de selecionar linhagens para a produção de grãos destinados ao consumo humano. O trabalho também vem sendo conduzido em cima de produção de forragem para o consumo animal.

Os experimentos que vem sendo conduzidos pelo CTC:

- Ensaio Regional 1
- Ensaio Regional 2.
- Ensaio Preliminar 1.
- Ensaio Preliminar 2.
- Multiplicação de linhagens promissoras.

5. Forrageiras

Este programa iniciou em 1973, com a finalidade de promover uma integração agricultura/pecuária. Os projetos visam introduzir e avaliar espécies de forrageiras de inverno e verão. Encontra-se em avaliação no CTC uma coleção de forrageiras tropicais, composta por 300 espécies.

6. Solos

Na área de solos a preocupação tem sido na melhoria e conservação de suas características químicas, físicas e biológicas. Para tanto, estão sendo conduzidos os seguintes experimentos:

- Avaliação do sistema de rotação de culturas
- Avaliação do cultivo de nicho sobre leguminosas.
- Avaliação de perdas do solo por erosão, sob chuva natural.
- Avaliação do rendimento da soja sobre pensacola.

7. Mandioca

O CTC vem realizando trabalhos com algumas variedades selecionadas e uma crioula, produzida pelos produtores da região. A intenção ao trabalhar com variedades crioulas é o de selecionar um material de melhor qualidade, para que o produtor, na sua lavoura, possa trabalhar com variedades mais nutritivas e mais resistentes às doenças. As 10 variedades selecionadas vieram da Estação Experimental de Taquari.

8. Milho

Integrante da rede experi-



Avaliação de milhos

mentação estadual do milho, a Cotrijuí, vem realizando experimentos para avaliação de cultivares de ciclo precoce e tardio. Dentro deste programa, estão sendo avaliados cerca de 31 variedades de milho branco.

O CTC ainda vem realizando alguns ensaios com cerca de 70 populações de milho crioulo coletados pela região. Eles estão sendo avaliadas com a finali-



Projeto de suínos criados com tecnologia moderada

dade de se conhecer mais detalhadamente suas características agrônômicas.

Experimentos conduzidos pelo CTC 1983:

- Ensaio Estadual de híbrido normal
- Ensaio Estadual de híbridos precoces
- Ensaio Internacional de variedades experimentais de milhos brancos.
- Ensaio de avaliação de populações crioulas.
- Ensaio preliminar de populações de milho.
- Ensaio Regional Sul de milho doce.

9. Área Animal

Nesta área estão sendo conduzidos os seguintes trabalhos:

- Bovinocultura de corte - Avaliação de engorde de novilhos precoces.

- Suinocultura - Criação de suínos com tecnologia moderada

- Avicultura - Introdução e avaliação de galinhas de raças puras de dupla aptidão.

- Piscicultura - Avaliação e produção de alevinos de espécies exóticas (Para melhor condução deste trabalho está sendo construída uma estação de piscicultura no CTC).

10. Serviços de Apoio

- Treinamento
- Custos e Orçamento
- Administração
- Estação Meteorológica



A dupla que a terra gosta de sentir, para produzir sempre.

Com o plantio direto mais DUAL - o herbicida para a soja - todo mundo sai ganhando. Ganha o solo que fica menos sujeito a sucessivas passadas de grades, conseqüentemente, menos sujeito à erosão. Além disso, a terra vai melhorando as suas propriedades físicas, sua fertilidade e teor de matéria orgânica, aliados a uma maior retenção de umidade; fundamental para uma adequada germinação e desenvolvimento da lavoura.

Para o agricultor as vantagens se refletem no ganho de tempo e na grande economia de uso de maquinários, de combustível e mão-de-obra.



Eis, sobretudo, a vantagem mais importante: o controle da erosão, proporcionando a preservação de um patrimônio fértil e produtivo. É por isso que o plantio direto mais DUAL é a dupla que a sua terra gosta de sentir para produzir sempre.

Plantar bem para colher sempre.

CIBA-GEIGY
DIV. AGROQUÍMICA

Colônia de Férias: o descanso na praia

A construção do Terminal Marítimo Luis Fogliatto, em Rio Grande, deu origem a uma série de viagens de estudo para aquela cidade. Estas viagens, além de servir para acompanhar a construção do Terminal, provocaram, por outro lado, um interesse pelas águas do mar. Este interesse aumentou ainda mais quando, em 1969, um grupo de associados e seus familiares resolveu acampar nos galpões de madeira (em precárias condições), nos canteiros da obra ainda em construção. A partir deste momento, os associados começaram a questionar e levantar propostas no sentido de também ter o direito de desfrutar alguns dias de férias junto ao mar.

Por volta de 1970, a Cotrijuí aluga um "Casarão" para o uso dos veranistas, agricultores e seus familiares, assumindo toda a administração no período de sua estadia, desde alimentação até a conservação da casa. Uma série de problemas aconteceram, impedindo de certa forma o descanso do pessoal, principalmente das mulheres, que em vez de aproveitarem a praia, tinham de se ocupar com as atividades domésticas. Assim, a mulher se via privada de seu direito de descanso. Aos poucos o próprio quadro associativo foi adquirindo consciência de que o descanso de alguns dias é um direito e, de lá para cá, sempre que as atividades econômicas permitem, os associados buscam um lugar para o lazer.

DIREITO AO LAZER

A partir desta conscientização, a direção da Cotrijuí decidiu adquirir, em

1976, o Hotel Turis, no Cassino, em Rio Grande. Esse hotel foi transformado em Colônia de Férias, com uma programação mais específica das temporadas de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro), para melhor receber os agricultores e seus familiares. A grande procura da Colônia de Férias por parte do quadro social levou a Cotrijuí a construir junto ao antigo hotel mais um prédio de dois pisos, com capacidade de alojamento para 48 pessoas. Desta forma, a Colônia de Férias tem condições de receber até 150 pessoas por cada período.

Tirar alguns dias na Colônia de Férias não é nenhum luxo. O descanso e o lazer são direitos de todos os trabalhadores e a Colônia de Férias é uma conquista da família Cotrijuí. Pelo que se tem notícias, a Cotrijuí é a única cooperativa a oferecer uma colônia de Férias ao seu quadro social.

INTEGRAÇÃO

Como o Cassino oferece poucas opções de diversão aos veranistas, a Coordenação da Colônia de Férias programa, todos os anos, algumas atividades internas, como gincanas, reuniões dançantes, cantorias, declamações, além de outras atividades culturais e recreativas.

Para a próxima temporada de veraneio, além do tradicional jogo de bocha, a coordenação adquiriu uma mesa de mini-bolão, destinado principalmente para as mulheres. Desta forma se procura uma maior integração entre o próprio quadro



Durante todo verão a Colônia de Férias é aproveitada pelos associados

associativo, entre associados e funcionários, jovens e adultos. Esta integração torna-se mais forte nas rodas de chimarrão e aperitivos, quando também acontecem debates sobre a própria Cotrijuí, Sindicato, produção agrícola, etc. Enfim, é um processo natural de reflexão altamente produtivo, que muitas vezes não chega a acontecer nem mesmo a nível de reuniões de núcleos ou Assembléias.

Desta forma, a Colônia de Férias, que é um lugar simples e modesto, se transforma num lugar inesquecível, não só pelos laços de amizade que lá surgem, mas também pelas rodadas de chimarrão, pelas atividades sociais, recreativas e culturais. Tão grande é a integração e a adaptação, que os veranistas transformam a Colônia de Férias na sua própria casa.

As visitas realizadas ao Museu Oceanográfico de Rio Grande, e Terminal Marítimo Luiz Fogliatto, continuam cumprindo com o seu papel educacional e muito apreciado pelo quadro associativo.

Não ficamos constrangidos em afirmar que além de ser um motivo de orgulho para o quadro associativo, a Colônia de Férias é também uma das únicas alternativas de viajar, descansar e apreciar as águas do mar, por um preço bastante acessível.

Um jeito barato de veraneiar

Para esfriar um pouco a cabeça e esquecer as preocupações do ano que passou, que diga-se de passagem, não foram poucas, nada como uns dias de descanso na Colônia de Férias da Cotrijuí, na Praia do Cassino, na cidade de Rio Grande. As inscrições para a Colônia de Férias já estão abertas e as excursões em pleno andamento. Os associados interessados em veraneiar em Cassino poderão procurar o setor de comunicação e educação de cada Unidade para realizarem suas inscrições e programarem melhor o período de veraneio.

Para a temporada 83/84 existem duas modalidades de veraneio. A primeira pode ser feita através de excursões, se deslocando até a Colônia de Férias em ônibus contratado pela Cotrijuí. O ônibus, a exemplo do que acontece todos os anos, fará o percurso de ida e volta passando pela cidade de Santa Maria. A duração do período de férias, nestes casos, será de seis dias, sendo um dia reservado para a viagem de ida e outra para a viagem de volta. Serão cinco pernites e quatro dias de refeições completas. O custo desta modalidade será de Cr\$ 29.000,00 por pessoa (incluindo as despesas de transporte e estadia) e Cr\$ 14.500,00 para crian-

ças de dois a cinco anos. Crianças de zero a dois anos não pagam nada. Os não associados que desejarem participar desta modalidade de veraneio, terão um custo de Cr\$ 35.000,00 por pessoa e Cr\$ 17.500,00, por cada criança de dois a cinco anos de idade.

O associado que preferir viajar até Rio Grande em carro próprio, pagará Cr\$ 46.000,00 pelo período de 12 dias de veraneio e as crianças de dois a cinco anos, Cr\$ 23.000,00, cada uma. Esta modalidade prevê 11 pernites e 10 dias de refeição completas.

Os participantes deverão levar roupas de cama (lençóis, fronhas, cobertores e travesseiros) e ainda material de higiene

pessoal (sabonete, pasta de dente e outros). Como não existe acomodação em cama de casal, tanto o marido como a mulher deverão levar roupa de cama em separado.

As despesas do veraneio, tirando os gastos com lanches e bebidas, poderão ser debitadas na conta-corrente do associado, desde que ele tenha entregue sua produção na Cotrijuí. Caso contrário, os pagamentos deverão ser feitos à vista, antes da saída da excursão. Para os não associados o pagamento também será à vista.

De resto, é seguir o regulamento da Colônia de Férias, respeitando o horário das refeições, de silêncio e ajudando a conservar o patrimônio, que é de todos.

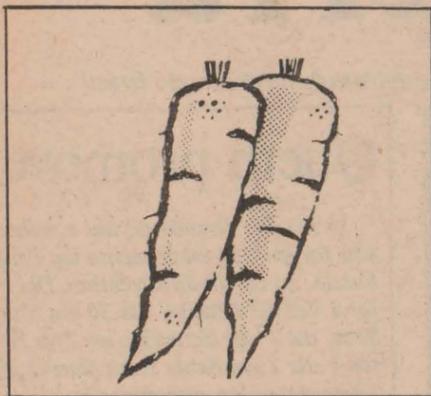
TABELA DE PREÇOS - custo total por pessoa

Viagem de ônibus	
Associados	
6 dias (adultos)	Cr\$ 29.000,00
6 dias (crianças de 2 a 5 anos)	Cr\$ 14.500,00
Não associados	
6 dias (adultos)	Cr\$ 35.000,00
6 dias (crianças de 2 a 5 anos)	Cr\$ 17.500,00
Período particular - viagem em carro próprio	
Associados	
12 dias (adultos)	Cr\$ 46.000,00
12 dias (crianças de 2 a 5 anos)	Cr\$ 23.000,00

PERÍODO DE EXCURSÕES

MÊS	UNIDADE
Dezembro	
De 07 a 12	Livre
De 12 a 17	Ten. Portela Cel. Bicaco
De 17 a 22	Ajuricaba Ijuí Sto Augusto
De 26 a 31	Ijuí Aug. Pestana Ajuricaba
Janeiro	
De 31.12.83 a 05.01.84	Dom Pedrito Sto Augusto Particular
De 05 a 10	Ijuí Jóia Particular
De 11 a 16	Sto Augusto Dom Pedrito Particular
De 16 a 21	Ijuí Cel. Bicaco Ten. Portela
De 21 a 26	Ajuricaba Chiapetta Dom Pedrito
De 26 a 31	Ijuí Aug. Pestana Particular
Fevereiro	
De 01 a 06	Ijuí Jóia Particular
De 06 a 11	Ijuí Ten. Portela Cel. Bicaco
De 11 a 16	Ijuí Ajuricaba Dom Pedrito
De 16 a 21	Ijuí Sto Augusto Particular
De 22 a 27	Ijuí Aug. Pestana Chiapetta
Março	
De 27.02 a 03.03	Ijuí Ten. Portela Cel. Bicaco
De 03 a 08	Ijuí Aug. Pestana Particular

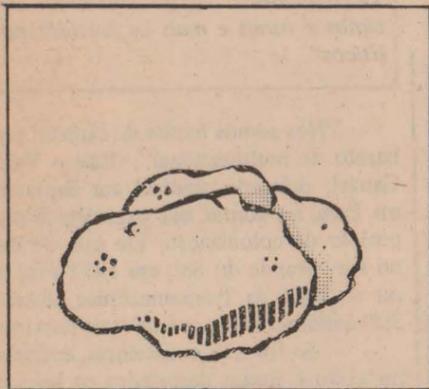
A lavoura do mês



HORTALIÇAS DIVERSAS

O tomateiro, como mais importante hortaliça de verão, é cultivado em volume crescente pelos produtores da região. Por enquanto, as lavouras de tomate deste ano estão muito boas, havendo pouca ocorrência de doenças.

As demais hortaliças de verão também estão com boa produção, havendo abundância para consumo próprio e muita oferta para comercialização. A colocação destes produtos no mercado, entretanto, não está muito fácil, especialmente em grandes quantidades. É que nesta época o mercado está abastecido de hortaliças, havendo mais oferta de produto do que compradores.



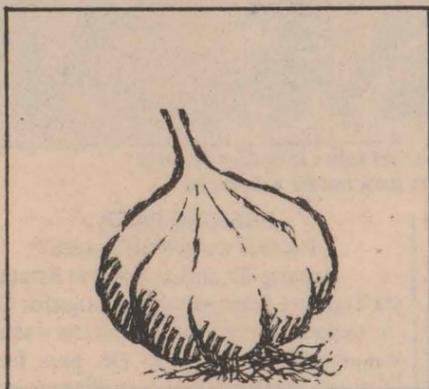
BATATA

As lavouras de batata nesta safra mostraram claramente o que re-

presenta a qualidade da semente. Assim, aquelas lavouras que foram implantadas a partir de sementes comuns, tradicionalmente cultivadas na região, apresentaram produtividade muito baixa, e na maioria destas lavouras houve ocorrência de murchadeira. Além de pouca produção, o produto apresentou baixa ou nenhuma condição de conservação, ficando praticamente sem valor comercial.

Por outro lado, as lavouras implantadas a partir de sementes de qualidade (como as variedades "Delta", "Achat", "Rodosa" e "Baronesa") apresentaram excelente desenvolvimento no campo, sem ocorrência de doenças transmissíveis pela semente, como é o caso da murchadeira e outras.

O tamanho médio das batatas também é muito bom, com possibilidade de armazenamento pela alta produtividade e qualidade, garantindo um melhor resultado ao produtor.



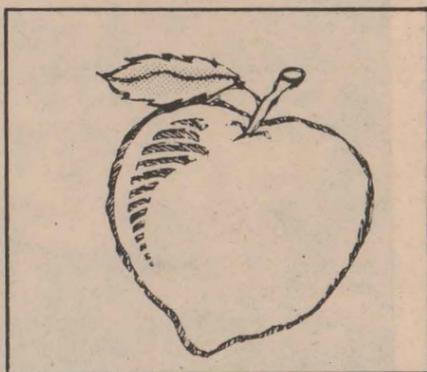
ALHO

De um modo geral as diversas culturas de inverno apresentaram bons resultados nesta safra. As lavouras de alho precoce, porém, não tiveram clima adequado para seu desenvolvimento, pois até setembro as condições do tempo foram desfa-

voráveis pelo excesso de chuvas. Em consequência, o alho precoce tradicional que se cultiva pela região foi muito prejudicado, resultando em produto de baixa qualidade, e se prevendo até mesmo a diminuição de seu cultivo nos próximos anos.

Já os alhos "Portela", "Roxo", "Pestana" e similares, estão apresentando um produto de boa qualidade e produtividade satisfatória, devendo trazer um bom resultado financeiro ao produtor.

A tendência para a próxima safra será de incentivar mais o plantio das variedades deste grupo, pois não só neste ano, como também em anos anteriores, os seus resultados foram melhores.

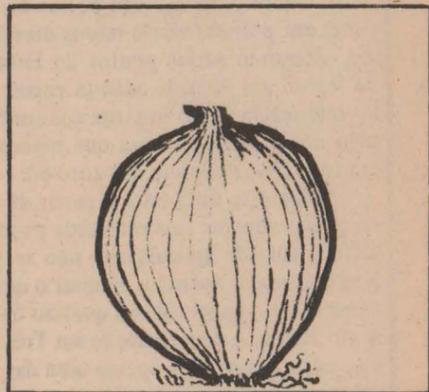


FRUTÍFERAS

Os pêssegos precoces da região alcançaram muito boa qualidade, não sendo necessários tratamentos com defensivos. As variedades de ciclo médio e tardio, porém, além da maior ocorrência de moscas das frutas, também têm sofrido podridões

dos frutos, diminuindo sua qualidade.

Em relação às videiras, também as perspectivas são boas, mesmo havendo algumas regiões onde têm ocorrido ataques de "antracnose". Em sua maioria, entretanto, o desenvolvimento dos parreirais é satisfatório.



CEBOLA

A colheita de cebola está em pleno andamento, apresentando boa produtividade e qualidade satisfatória. Os dias relativamente secos, ocorridos neste período de colheita, também favorecem a produção de uma cebola de melhor valor comercial e com boas características para armazenamento.

Voltamos a lembrar que a cebola deve ser colhida quando a rama estiver tombada, sendo então arrancada. Pode ser deixada no campo por algumas horas, para depois ser juntada em molhos e pendurada no galpão.

Vende-se

Um trator Valmet 65, ano 75. Aceita-se trator menor no negócio. Tratar com Arno Wichmann, em Vila Mauá (Ijuí).

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIÉDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Boi e Matzukase				12 m2 Matzukase, Chumbinho				12 m2 Matzukase, Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabanete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagriner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagriner e Maravilha verão		12 m2 Kagriner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tall Top						18 m2 Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 pl. Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões de plantio do quadro acima): Rabanete, Rúcula, Alface, Tomate, Pepino, Cebola

UNIMED

O convênio Cotrijuf/Unimed será renovado em dezembro. Procure maiores informações nas unidades da Cooperativa.

A campanha da terra

A proposta é iniciar uma discussão sobre o encaminhamento de uma luta mais ampla pela mudança na estrutura fundiária do Brasil

Um dia depois do calendário marcar o "aniversário" dos 19 anos do Estatuto da Terra, os trabalhadores não tinham qualquer motivo para comemorar a existência desta lei. Cerca de 700 agricultores se reuniram em Três Passos no dia 1º de dezembro e lembraram que mesmo existindo a lei os trabalhadores não foram beneficiados por ela. Além de não ter sido posta em prática, houve tantos decretos e leis alterando vários pontos do Estatuto da Terra que de nada adianta existir esta lei que surgiu como resposta aos conflitos pelo uso e posse da terra que pipocavam em todo País no início dos anos 60.

Mas esta discussão, a partir de agora, provavelmente seja estendida a um número maior de agricultores, não se limitando também apenas a analisar o que está escrito no papel sobre a questão da terra no Brasil. A concentração em Três Passos, por exemplo, foi apenas uma das reuniões que serviram para o lançamento no Rio Grande do Sul de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária, uma promoção de várias entidades ligadas a trabalhadores rurais e também urbanos (veja o quadro ao lado). O objetivo da campanha é promover um debate sobre a melhor forma de encaminhar a luta pela distribuição de terras no Brasil. Ela surge num momento em que voltam a aparecer claramente conflitos de terra no país e no estado, e quando mesmo setores mais conservadores começam a falar da necessidade de alterar alguma coisa na estrutura agrária para conter o êxodo rural e recuperar o poder econômico do setor agropecuário.

O PROBLEMA É VISTO QUANDO ACONTECE BRIGA

O programa de lançamento da campanha em Três Passos foi semelhante ao desenvolvido nos outros municípios onde aconteceu a promoção (Erexim, Passo Fundo, Santa Rosa, Erval Seco). O dia foi dedicado a algumas colocações sobre a política fundiária, o Estatuto da Terra e colonização. Houve também um espaço de Tribuna Livre, onde os participantes do encontro davam seu depoimento e comentavam o problema da terra.

"O Governo só enxerga o problema da terra quando os trabalhadores fincam o pé e resolvem brigar pela terra", comentou o economista João Pedro Stédile ao falar sobre a política fundiária brasileira. Ele fez uma análise sobre as implicações econômicas, sociais e políticas da estrutura fundiária do Brasil, lembrando que o êxodo rural é planejado para que os trabalhadores saiam da colônia para se empregar como assalariados baratos na cidade. Quando aparecem conflitos de terra, o Governo apresenta como saída as propostas de colonização. Os objetivos, segundo João Pedro, são bem claros:

— A colonização no Norte é para aumentar a produção de culturas de exportação (soja, cacau, café). Eles também querem levar mão de obra barata para os grandes projetos, como Carajás, então carregam os colonos para áreas próximas destes projetos e ali fazem uma colonização. Também dizem que é preciso ir para o Norte para resolver problemas de segurança nacional, colocando gente perto das fronteiras, como se países como Paraguai, Guiana, Bolívia fossem invadir o Brasil. Outro objetivo, claro, é esvaziar as áreas de tensão social no Sul, levando os teimosos embora daqui.



A campanha tem o objetivo de levantar uma discussão sobre o problema da terra



Agricultores também falaram sobre questões de terra e necessidade de luta para mudar a situação

O CAMINHÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O problema da terra é sério. Nos últimos 10 anos, 1 milhão e 400 mil gaúchos saíram da colônia e foram para a cidade, que já não oferece emprego para ninguém. Para mudar esta situação, segundo o João Pedro, é preciso se unir entre os companheiros e lutar contra todo este sistema de exploração que massacra os trabalhadores. A luta pela terra, de acordo com ele, seria um dos jeitos. João comparou a luta pela Reforma Agrária com um caminhão, onde a conquista da terra seria o motor e a carroceria. Mas sem as rodas este caminhão não teria condições de andar. Então, além de lutar pela terra, será preciso conquistar também as rodas, que são:

- garantir preço justo para a produção agrícola.
- mudar o sistema de comércio dos insumos, que está nas mãos de grandes grupos, especialmente de multinacionais.
- assumir o comércio da produção, evitando que as empresas é que lucrem com o trabalho do produtor.
- assumir a industrialização dos produtos.

"Isto não é uma mágica", disse João Pedro. "Temos que fazer igual como é feito nas fábricas, montando peça por peça. Mas se a gente achar difícil vai continuar o resto da vida a fazer como os ricos querem: viver, crescer e trabalhar para eles".

João Pedro também falou que é preciso o agricultor entender que Reforma Agrária não é tirar a terra de quem tem para dar para quem não tem. Quem está produzindo deve continuar produzindo:

— Temos que ver Reforma Agrária como dar terra para quem nela trabalha. Se o colono for vagabundo, não tem direito a terra, mas também o rico vagabundo não pode ter direito.

PRESSÃO PARA FAZER CUMPRIR A LEI

A parte de análise sobre o Estatuto da Terra foi feita pelo desembargador Celso Geyger, um especialista em leis e assuntos fundiários. Segundo ele, para fazer Reforma Agrária o governo não precisaria fazer propaganda e nem distribuir cartilhas. Bastaria aplicar o Estatuto da Terra, que surgiu como uma exigência dos trabalhadores:

— Mas o caso é que nestes 19 anos de existência do Estatuto, ele só foi usado pouco mais de 100 vezes para desapropriar áreas improdutivas. Não deu oito desapropriações por ano, isto sem falar que atingiu também pequenas propriedades, e não só latifúndios.

Como a aplicação da lei está nas mãos do Governo, segundo Geyger, cabe aos líderes sindicais, à Fetag e aos trabalhadores pressionarem as autoridades para que a lei seja colocada em prática:

— Só com mobilização se fará Reforma Agrária neste país, obrigando o Governo a cumprir a lei que ele mesmo promulgou. Se o Governo desapropriou terras para fazer Itaipú, por que não despropria para fazer Reforma Agrária?

Geyger falou ainda que muitos dos artigos do Estatuto da Terra foram modificados mais tarde. Um deles, por exemplo, falava em arrecadação de três por cento para aplicação na compra de terras. O dinheiro nunca chegou a ser destinado para esta finalidade, e depois inclusive foi extinto este artigo.

A ILUSÃO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

Não dá para se iludir com as propostas de colonização. Isto foi dito bem claro por sindicalistas, padres e pastores que vivem no Norte e vieram para o Rio Grande do Sul contar como funcionam estes projetos.

Quem promove

No Rio Grande do Sul a campanha foi lançada inicialmente em Passo Fundo, no dia 28 de novembro. Dia 29 foi a vez de Erexim; dia 30 em Erval Seco, dia 1º de dezembro em Três Passos e dia 2 em Santa Rosa. Para o dia 12 de dezembro está marcado o lançamento oficial no estado, durante solenidade pública na Assembleia Legislativa. A mesma proposta já foi levada para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Os promotores da Campanha são a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Comissão Pastoral da Terra, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Fracab (Federação Rio-grandense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro), Conselho dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), Agapan, União Estadual de Estudantes, CUT (Central Única de Trabalhadores), alguns sindicatos urbanos e rurais e mais os partidos políticos.

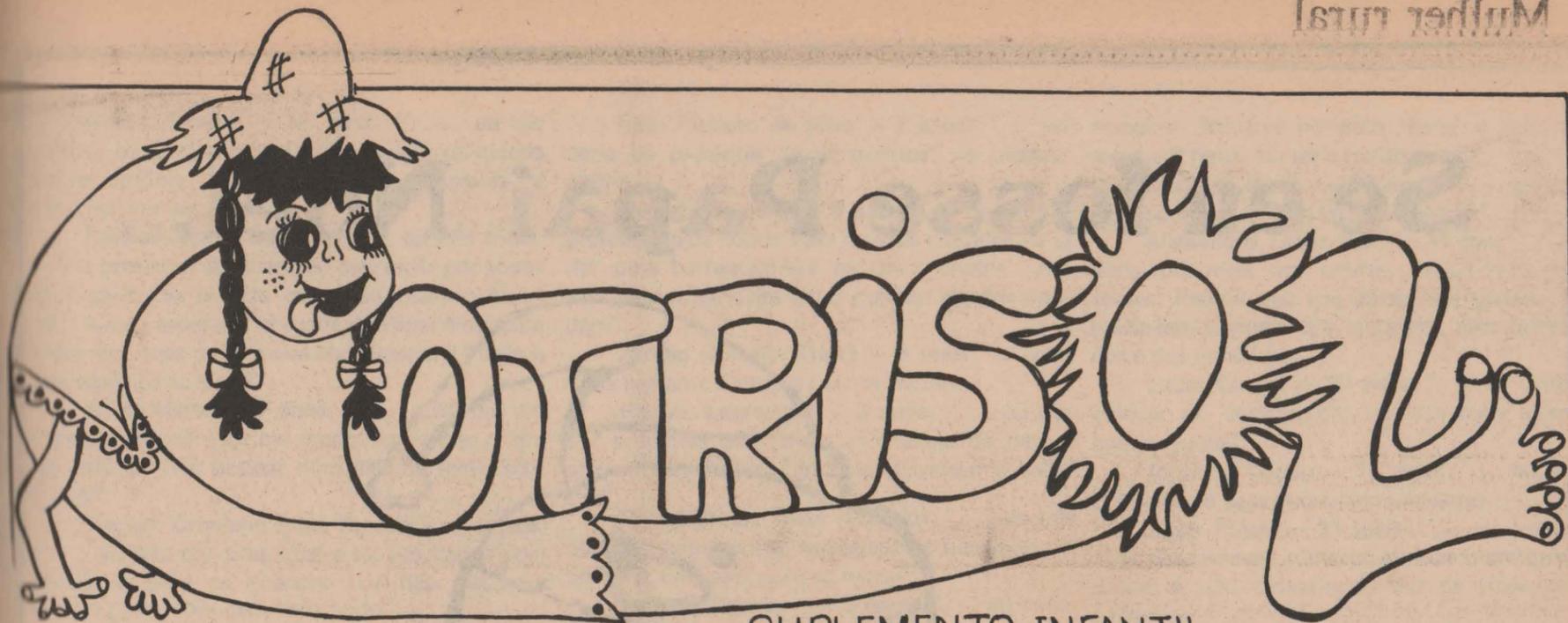
"Nós somos bucha de canhão, peão barato de multinacional", disse o Valdir Ganzel, delegado sindical em Santarém, no Pará, ao contar sua experiência num projeto de colonização. Ele saiu de Iraí, no Rio Grande do Sul, em 1972 e foi parar na beira da Transamazônica, distante 300 quilômetros da cidade mais próxima:

— Se foi sem consciência, entramos no avião e fomos despejados na beira da estrada, com transporte passando só uma vez por semana, jogados sem escola, sem saúde. Fomos iludidos com a propaganda de "terra sem homens para homens sem terra". Levamos uns quatro anos para descobrir que o Governo queria botar a gente a desmatar a região para depois entregar grandes áreas para grandes empresas botar capim e criar gado.

Também o pastor Hans Trein, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, veio do Mato Grosso para contar que os projetos de colonização estão aí para iludir os colonos. "Eles mostram grandes cachos de banana e raízes de mandioca, mas não contam que não há comércio para estes produtos. Não contam que não há estrada e que é preciso caminhar quilômetros com um saco de arroz nas costas para tentar vender em alguma feira".

O pastor falou que estes projetos são uma verdadeira deportação de pessoas, onde o que interessa é só vender a terra para que pequenos agricultores valorizem as terras de grandes empresas e as áreas que as colonizadora seguram:

— É um comércio de terra, onde se nota que os primeiros colonizadores já não estão mais lá. Muitos morreram, porque enfrentaram a malária, a falta de estrutura, e outros foram embora, mais para a frente, em outros projetos de colonização realizados em estados mais para o Norte ainda.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



Que tal um mate doce?

O uso do mate é geral no Rio Grande do Sul. Toma-se ao levantar da manhã e depois várias vezes ao dia. A chaleira de água quente está sempre ao fogo.

As crianças preferem tomar mate doce, isto é, quando o mate está pronto, cada vez que vai ser servido é colocada uma colherinha de açúcar na cuiá. Também se toma mate com mel, açúcar queimado, leite fervido com canela, casca seca de laranja. O mate com rapadura é muito tradicional. Estas são as maneiras mais comuns de tomar mate. O melhor açúcar usado para o mate doce é o mascavo, amarelinho, ou seja, aquele que não é refinado, guardando o gosto da cana-de-açúcar.

A cuiá pode ser um porongo, porcelana, barro cozido alouçado e até qualquer caneca que dê para desempenhar a função de recipiente do mate doce.

O mate que é feito com erva é um tônico geral, um estimulante do coração e do sistema nervoso. Elimina os estados depressivos e a fadiga. As análises feitas com as folhas da erva-mate mostram que esta planta possui muitas vitaminas, cálcio, magnésio, sódio, ferro e flúor, minerais essencialmente indispensáveis à vida.

Então, garotada, que tal um mate doce com a turma?

Bibliografia: FAGUNDES, Glênio - "Cevando mate" - Porto Alegre - RS.

Quadrinhos

Estas crianças deixaram seus pensamentos livres e escreveram o que sabem e sentem a respeito destes assuntos. Também fizeram as ilustrações.

A árvore

Eu sou uma árvore
Que precisa de carinho
De um abraço
E um beijinho.

Rute S. Kahl - Sto. Augusto
8 anos



A escola

Adoro muito a minha escola
Trago ela dentro do meu coração
Porque eu aqui aprendo
A estudar e ler a lição.

Marelisa Fim - 11 anos
Bairro 15 de Novembro - Ijuí

Eu sempre vou a escola
Para aprender a lição
E para brincar com os colegas
Debaixo do "cinamão".

Gilmar Lopes - 10 anos
Bairro 15 de Novembro - Ijuí

Gosto de ir a escola
Para muito estudar
A escola é tão bondosa
Que estudo vai me dar.

Paulo de Campos - 13 anos
Ijuí



Se eu fosse Papai Noel...

Nestes dias que antecedem o Natal as crianças vivem cada minuto a espera da Festa de Natal e dos presentes de Papai Noel. Em muitas casas há um lugar mágico preparado para receber esses presentes: pode ser debaixo da árvore de Natal, embaixo da cama, no sapatinho colocado na janela, ou mesmo no quintal. Há quem receba a visita do velhinho vestido de vermelho e branco, como a gente vê nas vitrines das lojas e nos anúncios da televisão.

Por falar nisso, o que você faria se fosse Papai Noel?

As crianças — de 5 a 14 anos — opinam aqui o que fariam neste Natal se fossem este personagem da festa que lembra o nascimento da criança mais importante na vida do nosso mundo.

Aqui estão as opiniões das crianças.

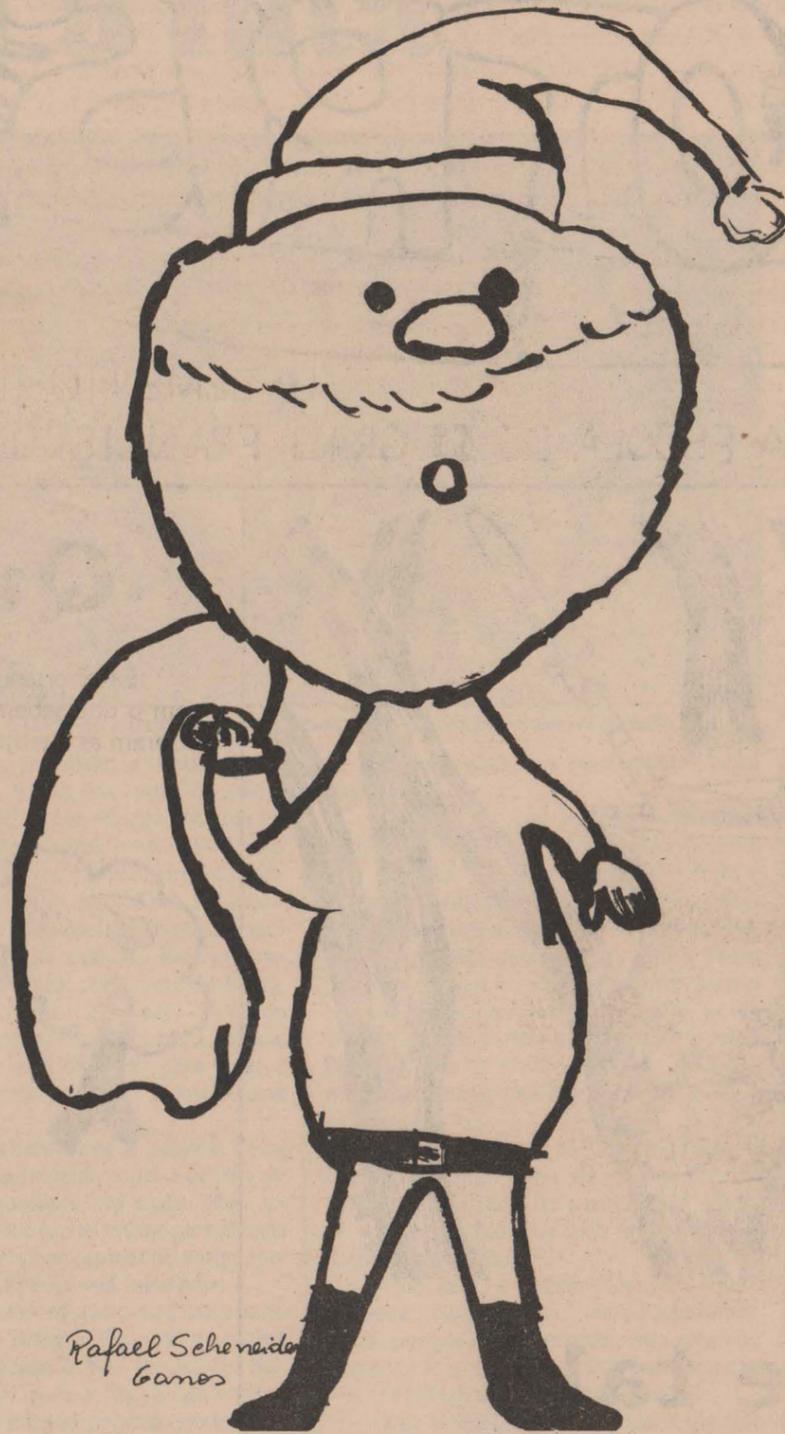
Gilson Cordoba — 11 anos: "... eu ajudaria todo mundo ser feliz. Para as crianças daria alimentos, brinquedos. Eu ensinaria as pessoas a respeitarem os idosos, os deficientes e a preservarem a natureza. E o meu maior sonho seria ouvir um dia que no mundo não existissem mais guerras, e sim muita paz".

Evandro Oliveski dos Santos — 14 anos: "... eu daria bons exemplos às crianças e alimentos para as que não tem o que comer".

Viviane Paz — 9 anos: "... eu faria um mundo diferente do que é hoje. Eu faria o mundo assim: Não existiria dinheiro. Uns ajudariam os outros e todos se ajudariam. Não existiriam pobres e ricos. Todos seriam iguais. Mas na verdade o mundo não é nem um pouquinho assim. O mundo é só de violência, roubos e pobreza".

Alexandre Moewald — 8 anos: "... eu daria presentes também para os índios".

Carine Nehring — 9 anos: "... eu daria como presente aos nordestinos água, alimentos, roupas e animais".



Sérgio Luis Gallert — 13 anos: "... eu diria às crianças que Papai Noel não existe, que os comerciantes dizem que existe para venderem mais presentes nesta época. Que o Natal é o nascimento de Jesus. Para as crianças pobres que trabalham muito e se "judiam", eu daria presentes. E para os ricos, que sempre ganham um "montão" de presentes sem fazer trabalho algum, eu não daria nada".

Luis Carlos de Oliveira — 14 anos: "... eu andaria pelas ruas da cidade fantasiado, fazendo propaganda do Natal, mas eu não queria fazer isso. Quando o Natal e o Ano Novo vem chegando, a crise vai apertando. Alguns festejam o Natal, esquecendo que há muita gente pobre passando fome, miséria, sem emprego e sem escolas. Eu seria um Papai Noel diferente. Eu ensinaria o que é Natal".

Eber Cordoba — 13 anos: "... eu ensinaria as pessoas fazerem o bem. Sei que não teria dinheiro para distribuir a todas as pessoas. Então eu daria a elas muito conforto. Eu pediria às pessoas grandes que se lembrassem das crianças o

ano todo, não só no Natal".

Carlos Guilherme Probst — 11 anos: "... eu acabaria com as guerras e com a fome. Criaria mais empregos e faria baixar a inflação. Para as crianças eu daria presentes e pediria a elas para louvarem a Deus pela vida que ele nos deu até o momento".

Adair Seifried — 12 anos: "... eu daria bons presentes a todas as crianças. Mas Papai Noel não existe. É pura fantasia dos vendedores para venderem mais brinquedos. Os pais também dizem para os filhos que é o Papai Noel que dá presentes. Então eles se esforçam para ganhar um bom presente".

Elemar Rusch — 12 anos: "... eu não seria injusto. As crianças pobres, que são boazinhas, se matam trabalhando e às vezes "igual" não ganham nada".

José Ostrowski — 12 anos: "... eu ajudaria a comemorar o Natal com muita amor. O Natal de anos atrás era diferente. As pessoas só comemoravam o nascimento de Jesus e rezavam o dia inteiro. Hoje só dão presentes e festas".

Dilson Krahn — 10 anos: "... eu me vestiria de vermelho e ficaria parado na cidade ou na colônia e cada criança que passasse eu daria balas e um beijo".

Rejane Judith Becker: "... eu não distribuiria presentes às crianças, mas sairia por todos os lugares do mundo contando que no Natal não devem esperar a chegada do Papai Noel com presentes, mas pediria que meditassem a fundo o que significaria Natal".

Aline Martel — 7 anos: "... eu iria dar um toda-discos pro meu pai e comida para as crianças pobres. Iria passear com elas no meu "dinheiro".

Raquel Cristiane Silva Barcellos — 6 anos: "... eu iria dar presentes e ser um Papai Noel bonzinho para as crianças. Iria ficar bastante tempo junto com elas, brincando".

Juliano Diniz da Cruz — 6 anos: "... eu daria presentes às crianças e pessoas grandes, mas só para as que são boas. As outras eu não daria nada".

Elias Pedroso da Silva — 7 anos: "... eu daria os presentes "mais bonitos" às crianças pobres".

Rafael Schneider — 6 anos: "... eu ia dar presentes para todos. Para os mais queridos eu ia dar uma barraquinha, e aos mais chatos uma vara para o pai deles bater quando eles incomodam".

Jordan Gustavo Trapp — 5 anos: "... eu daria bastante dinheiro para os pobres.

Raquel Lazzarotto — 5 anos: "... eu iria dar presentes para todas as crianças do país e colocar na mão delas, quando estivessem acordadas".

Rafael Tissot Frota — 5 anos: "... eu iria dar muitos presentes, brinquedos e bicicletas. Ia comprar uma casa para eu morar".

Juliano Maldaner — 8 anos: "... eu daria presentes a todo mundo: crianças, mulheres e homens. Eu seria gordo e barbudo, usaria roupa vermelha e um gorro. Sempre entraria pela chaminé e de vez em quando chegaria preto lá

embaixo. Moraria no polo Norte e teria um trenó e 8 renas. Eu seria muito velho".

Cristiane Abreu — 10 anos: "... eu daria alimentos e escolas às crianças pobres".

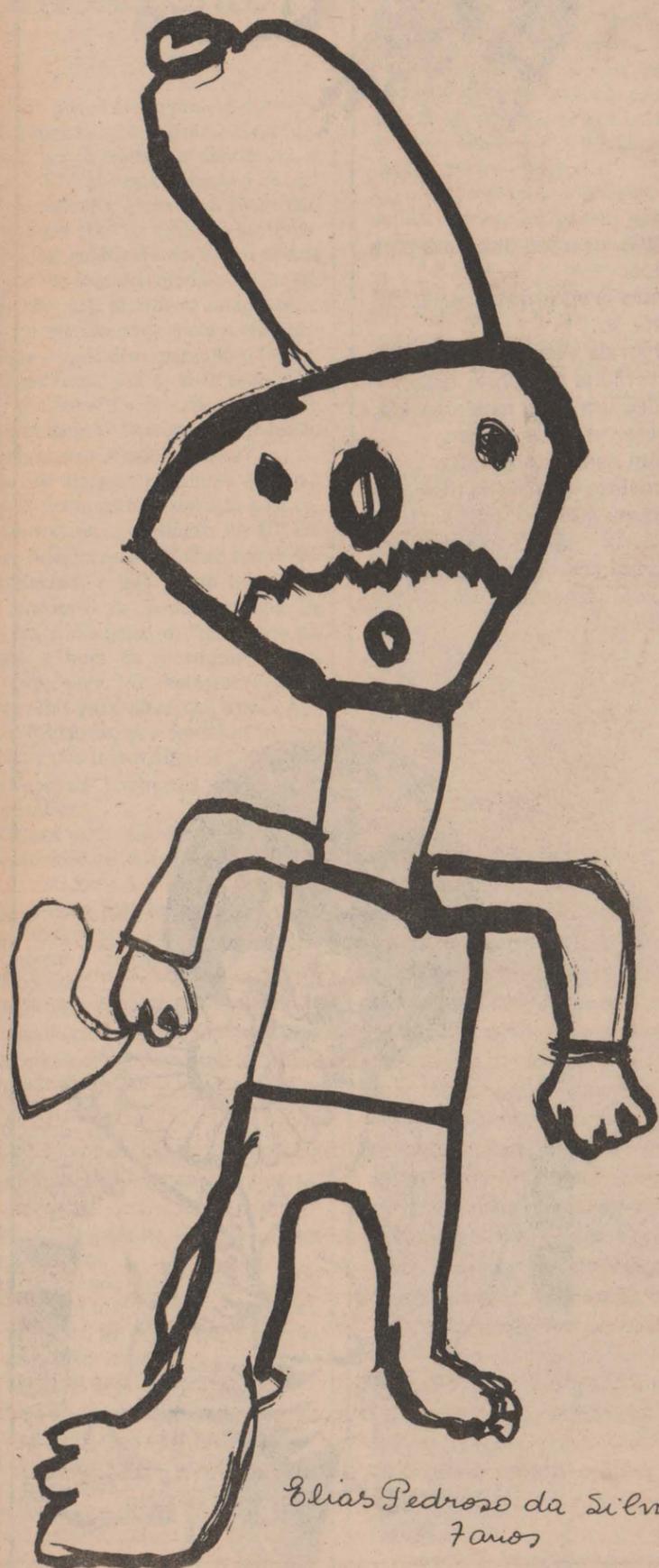
Alessandro Tissot Frota — 11 anos: "... eu daria presentes aos pobres, deixando-os mais felizes. Pediria paz aos países em guerra, que baixassem o preço dos alimentos, dos brinquedos e dos remédios.

Lucas Correa — 10 anos: "... eu tentaria colocar no coração das crianças mais amor e compreensão".

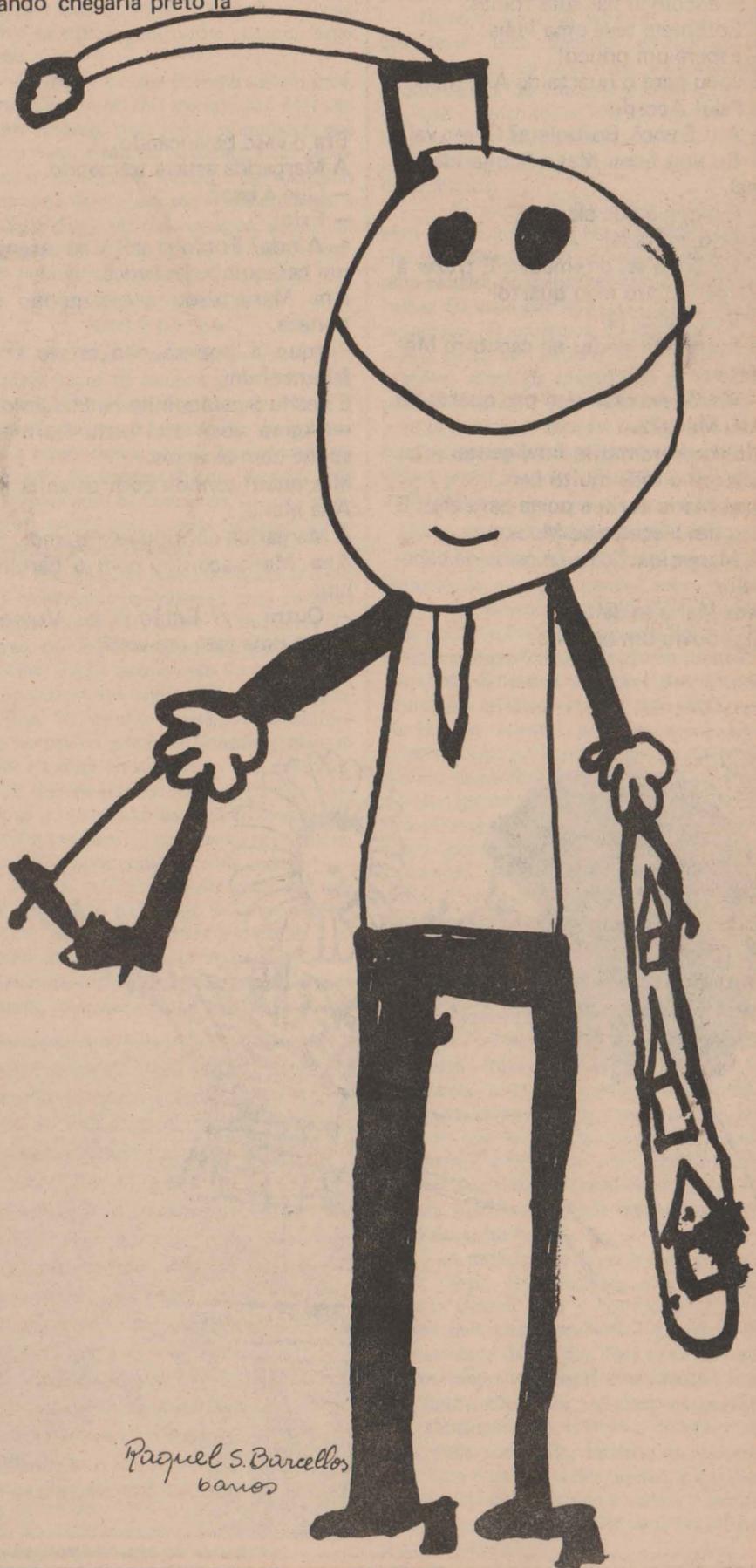
Antonio Knopp — 14 anos: "... eu daria presentes só para as crianças pequenas".

Jolair Flores — 11 anos: "... eu correria atrás das crianças e ensinaria a elas várias brincadeiras e não deixaria de dar os tradicionais presentes".

Lurdês Knopp — 11 anos: "... eu daria presentes às crianças boazinhas e para as outras eu daria uma vara".



Elias Pedroso da Silva
7 anos



Raquel S. Barcellos
6 anos

A Margarida Friorenta

Era uma vez uma Margarida num jardim. Quando ficou de noite, a Margarida começou a tremer.

Aí passou a Borboleta Azul.

A Borboleta parou de voar.

— Por que você está tremendo?

— Frio!

— Oh! É horrível ficar com frio. E logo numa noite escura!

A Margarida deu uma espiadinha na noite.

E se encolheu nas suas folhas.

A Borboleta teve uma idéia:

— Espere um pouco!

E voou para o quarto de Ana Maria.

— Psiu! Acorde!

— Ah! É você, Borboleta? Como vai?

— Eu vou bem. Mas a Margarida vai mal.

— E o que é que ela tem?

— Frio, coitada!

— Então já sei o remédio. É trazer a Margarida pro meu quarto!

— Vou trazer já!

A Borboleta pediu ao cachorro Moleque:

— Você leva esse vaso pro quarto da Ana Maria?

Moleque era muito inteligente.

E levou o vaso muito bem.

Ana Maria abriu a porta para eles. E deu um biscoito ao Moleque.

A Margarida ficou na mesa de cabeceira.

Ana Maria se deitou.

Mas ouviu um barulho.

Era o vaso balançando.

A Margarida estava tremendo.

— Que é isso?

— Frio!

— Ainda? Então já sei! Vou arranjar um casaquinho pra você.

Ana Maria tirou o casaquinho da boneca.

Porque a boneca não estava com frio nenhum.

E vestiu o casaquinho na Margarida.

— Agora você está bem. Durma e sonhe com os anjos.

Mas quem sonhou com os anjos foi Ana Maria.

A Margarida continuou a tremer.

Ana Maria acordou com o barulhinho.

— Outra vez? Então já sei. Vou arranjar uma casa pra você!

E Ana Maria arranjou uma casa para a Margarida.

Mas quando ia adormecer ouviu outro barulhinho.

Era a Margarida tremendo.

Então Ana Maria descobriu tudo.

Foi lá e deu um beijo na Margarida.

A Margarida parou de tremer.

E dormiram bem a noite toda.

No dia seguinte Ana Maria disse para a Borboleta Azul:

— Sabe, Borboleta? O frio da Margarida não era frio de casaco, não!

E a Borboleta respondeu:

— Ah! Entendi!

